

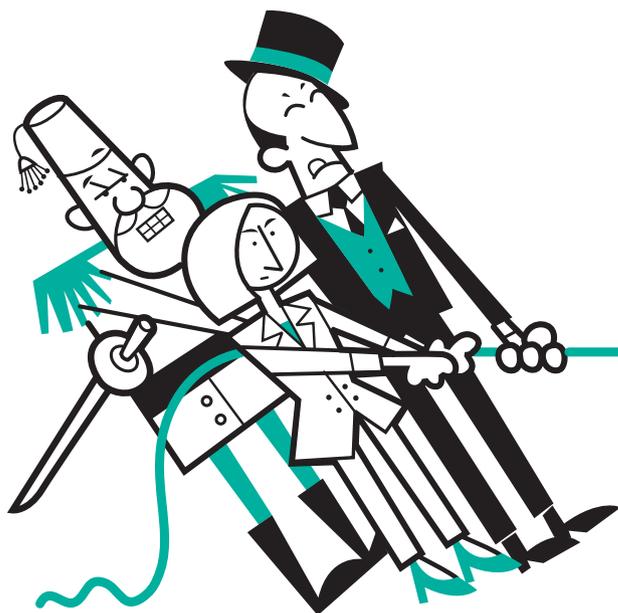
poli**T**ICs

Uma publicação do Instituto Nupef • abril / 2011 • www.politics.org.br

Resistência ou Rendição

Acesso à cultura,
aos códigos e às redes
que promovem
autonomia de fato –
os desafios de hoje





Resistência

Na roda-viva de arrocho do direito autoral, quem quer ter acesso à cultura resiste. Ou se rende.

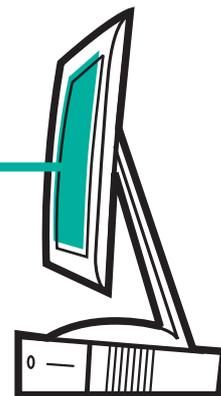
Pensem sobre o cenário para aqueles que desejam ter acesso à cultura no Brasil. Mais ainda, para aqueles que incorporaram o significado da famigerada cultura digital, entre aspas, para a efetivação desse direito. Nesse cenário, devemos refletir sobre o papel do Estado na sua função prestacional, que a Constituição determina - e para o qual agora o Plano Nacional de Cultura (PNC) mostra o caminho das pedras - para garantir, de forma ativa, esse acesso.

Para tanto, é essencial analisarmos o que ocorre na atual conjuntura política brasileira, especificamente no Bloco B da Esplanada dos

Ministérios, cujas ações batem e voltam em toda a *terra brasilis*. Lá, a tal cultura digital, entre aspas, parece não combinar muito com acesso à cultura e com a função prestacional do Estado no cumprimento do art. 215 da Constituição Federal.

Pensem, então, nos indivíduos, que precisam ser beneficiados pela ação do Estado, de maneira a potencializar os seus meios de acesso à cultura. A isso se dá o nome política pública de cultura. Cultura produzida ora por seus criadores formais, de forma profissional e visceral, que, nessa função,

> **Guilherme Varella** advogado, gestor cultural e atua como advogado do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) na área de direitos autorais e acesso à cultura e ao conhecimento.



ou rendição

recebem o nome de artistas (ou autores); quando não, produzida cotidianamente pelos indivíduos, que, em tal labuta involuntária diária, recebem o nome de cidadãos e cidadãs.

Como vivemos em uma sociedade capitalista, em que quase tudo é veiculado por meio de produtos e serviços, é também através do consumo que esses cidadãos e cidadãs acessam a cultura – pelo consumo de bens simbólicos, dentro de uma economia da cultura, como se convencionou chamá-la. Nesse contexto, esses cidadãos e cidadãs, que também produzem cultura, recebem o nome de consumidores. Consumidores de cultura.

Consumidores, cidadãs e cidadãos, cujo direito à informação, à educação, à comunicação passa pelo direito dos autores de terem suas obras protegidas

e seu ofício circunstancial de produtor de cultura, reconhecido. Ao Estado, em sua função executiva, cabe agir para consolidar de forma integral e simbiótica esses direitos. Ao Estado, cumpre atuar em seu papel legislativo para implementar leis que assegurem tais garantias – ou, de forma reativa, revisar legislações que não condizem com os anseios sociais e aumentam o abismo entre o direito posto e o pressuposto, nas palavras do professor Eros Grau.

Porém, muitas vezes, o mercado – já que vivemos em uma sociedade capitalista – traz distorções a essa dinâmica sociojurídica, interferindo tanto na função do Estado de garantir de forma isonômica o acesso à cultura, quanto na sua função de proteger os autores e artistas. Muitas vezes, o Estado passa a atentar mais ao mercado, ou a quem o representa.

Ou, ainda, a quem, em tese, representa nesse mercado os interesses eminentemente privados dos autores, que não são tão privados assim, já que tais interesses - de comercialização e circulação das obras produzidas - coincidem ou complementam o interesse público de acesso a elas, por exemplo, através do consumo.

Nessa dinâmica, a questão dos direitos autorais é central. Ela abarca toda essa relação estabelecida entre consumidores e artistas, amplia ou restringe o alcance de políticas públicas e traz maiores ou menores possibilidades de acesso à cultura. A lei brasileira de direitos autorais (Lei 9.610/98) passa por um importante processo de reforma com o intuito de tornar-se ferramental significativo para a efetivação de direitos complementares e para a consagração do interesse público.

Para além disso, a revisão da LDA, como é chamada a lei autoral, nada mais é que o resultado de uma demanda social pulsante por acesso à cultura de forma legítima, por todos os estratos da população. Anacrônica, a Lei 9.610/98 vige em dissonância com essa demanda e com a realidade brasileira. Realidade socioeconômica, caracterizada pela amputação dos consumidores do mercado de serviços e produtos culturais, caros para os padrões tupiniquins. Realidade jurídica, de marginalização da grande maioria da população, que cotidianamente encontra meios de acessar os bens culturais, como alternativa ao mercado segregador, à ineficiência do Estado na

promoção das políticas públicas e à ineficácia da legislação que pretensamente protege os criadores e suas obras.

A cultura digital, em sua essência e alcance, reforça essa dinâmica. Por valorizar a interação, o compartilhamento, o componente simbólico, e não meramente material dos bens culturais, e especialmente por valorizar a criação colaborativa, que é a mola propulsora dos fenômenos culturais, a cultura digital acentua a necessidade de políticas públicas específicas para o segmento, aliadas à proteção da liberdade dos cidadãos na internet, em resposta à ação restritiva e cerceadora do mercado.

Nesse quadro, contudo, o que observamos muitas vezes é uma ação estatal que corrobora a conduta de atores do mercado ou de pretensos representantes de autores, em sentido contrário ao da concretização do direito à cultura, em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã. Em muitos casos, desobedece aos próprios princípios que norteiam a Administração Pública, como o da transparência, veracidade e supremacia do interesse público, este, seu preceito maior, muitas vezes perdido no obscurantismo dos interesses setoriais do campo autoral.

Quando isso ocorre, o que resta à população, ideal objeto do respaldo legislativo e das políticas públicas, posta na marginalidade cultural, é a resistência pelos meios que as novas tecnologias e as mais diversas trocas sociais ditam e determinam.

:: CIRANDA ANTIPIRATARIA

Nesse quadro de marginalização cultural e legislação autoral falha, a pergunta que nos motiva é: a quem interessa segregar indivíduos do processo de produção e consumo cultural? De uma forma mais específica, a quem beneficia a situação de impasse entre autores descobertos e consumidores rotulados de “piratas” ou “foras da lei” na atual configuração do mercado? Neste, onde se coloca o Estado, que é responsável por regular todos os segmentos estratégicos para o desenvolvimento do país?

Começemos pela última questão, reformulada: no esquema tático dos jogadores em campo, em que posição joga o Estado? Suas ações - no Brasil, via Ministério da Cultura, da Justiça e demais órgãos - vêm beneficiando a quem?

Na trilha por respostas que contemplem a indagação, mas que principalmente tragam exemplos concretos de como essa dinâmica tem se concretizado, vamos passear por um roteiro virtual: fazer uma visita guiada por sites de programas e ações específicos, direta ou indiretamente ligados ao poder público. Vamos ver sites diretamente relacionados ao combate a condutas cotidianas da população, tais como fazer cópia privada de músicas e filmes para consumo próprio; trocas de arquivos para seu próprio abastecimento cultural, sem fins lucrativos; uso da internet para substituir o mercado cultural inalcançável, devido aos seus altos

custos ao consumidor brasileiro. Na rota, ficaremos sabendo como é a movimentação desse jogo e, nele, quem ataca e quem defende.

Partamos do maior para o menor grau de institucionalidade: o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)¹. Depois da seção “Cidadania”, este é o segundo item de destaque no site do Ministério da Justiça, a quem cabe a sua presidência. É formado por outros órgãos do governo - Ministérios da Cultura, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Renda, Fazenda - pela Polícia Federal, Câmara e Senado. O CNCP é porém, um comitê misto: em sua composição, há conselheiros advindos da iniciativa privada, a saber: do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); da Confederação Nacional do Comércio (CNC); do Grupo de Proteção a Marcas (BPG); da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES); da Motion Pictures Association of America (MPA); da Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD).

Trata-se de um órgão colegiado gerido pelo poder público, através do Ministério da Justiça, com participação direta do Ministério da Cultura (MinC). É a instância que executa as políticas para a área. Entrando no site do CNCP, a primeira notícia que se lê é: “Centro Comercial de São Paulo é alvo de combate à pirataria”². Lemos a notícia e chegamos ao alvo da apreensão: “60 sacos de produtos ilegais em

1. <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7111CEC5PTBRNN.htm>. Acesso em 12/04/11. 2. <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ61EDAA11ITEMIDA3DB7CD4E-06441EA8B1392597530CAA4PTBRNN.htm>. Acesso em 12/04/11.

posse de mais de 40 clientes, entre relógios, óculos, bolsas, tênis e equipamentos eletrônicos sem notas fiscais?”

É importante ressaltarmos que, segundo o artigo 61 do Acordo TRIPS, vigente no Brasil, “pirataria” é a violação de direitos autorais, como o uso não autorizado das criações, em desrespeito à Lei 9.610/98. À falsificação de marcas, como de produtos como relógios, bolsas, tênis e equipamentos eletrônicos, segundo o TRIPS, dá-se o nome de “contrafação”. São dois conceitos jurídicos distintos, que mesmo a LDA define de maneira diferente - mas, no caso em tela, a ação do Estado considera como iguais, tendo sua publicidade veiculada de maneira enganosa, com informações equivocadas. O CNCP apreendeu produtos contrafeitos, e não piratas. Mas a população recebeu a notícia de que o Estado atuou firmemente contra a “pirataria”.

Este tipo de notícia serve a qual interesse? Público? Para responder à questão, basta clicar na página web de mais um integrante do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, a Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD. A ABPD, em sua página inicial, destaca, entre as notícias, não os serviços de seus associados, mas matérias sobre apreensão de produtos “piratas”.

Vamos nos manter, contudo, focados em seus “associados”. Das dez organizações associadas à ABPD, seis são empresas multinacionais, sediadas

fora do Brasil. Destas, três fazem parte dos mesmos grupos que compõem a Motion Pictures Association: Sony, Warner e Universal. Quando se somam à Buena Vista International, Paramount Pictures e Twentieth Century Fox formam a “associação que representa os seis principais estúdios de cinema dos Estados Unidos”. Em seu site³, explicitam a quem vieram e a mando de quem: “A MPA é membro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (órgão ligado ao Ministério da Justiça) e defende os interesses de suas empresas afiliadas em cada setor de distribuição”.

Não bastasse serem membros do órgão colegiado mantido com dinheiro público, essas duas organizações se uniram para formar a Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM). Este novo “front” da indústria tem o objetivo de combater a pirataria, atuando “junto às autoridades policiais, governamentais e acompanhar os processos judiciais em todo o território nacional”⁴. Ao lado dessa descrição, no site, aparecem as demais organizações componentes ou apoiadoras: o próprio CNCP, a International Federation of the Phonographic Industry (IFPI) e a União Brasileira de Vídeo (UBV). Clicamos nesta.

Na parte inferior da página da UBV estão todas as suas marcas associadas (a maioria, ligada à MPA e ABPD). Lá, há um item que diz “combate à pirataria”. Clicando nele, temos acesso às várias formas de a população se conscientizar a respeito

3. <http://www.mpaal.org.br/2010/quemsomos.htm> Acesso em 12/04/11. Acesso em 12/04/11. 4. <http://www.apcm.org.br/associacao.php> Acesso em 12/04/11.

■ A pergunta que nos motiva é: a quem interessa segregar indivíduos do processo de produção e consumo cultural?

desse “problema social”, como cartilhas, números para contato e vídeos. Resolvemos clicar em um dos vídeos, intitulado: “Patrocinados pelo crime”⁵.

A peça mostra uma mãe que coloca um filme “pirata”, comprado ilegalmente – mas que poderia muito bem ter sido gravado em casa, em uma mídia adquirida na loja, como possibilita a tecnologia digital –, para assistir com a filha, uma criança. Aparecem homens armados e encapuzados, portando armas, num cenário que ambienta o tráfico em um morro. Eles dizem: “Obrigado por ter ajudado nós a comprar os armamento novo, aê! Valeu, tia!”. E complementam: “Uma salva de tiros aí pra tia!”. E atiram para o alto, enquanto uma voz em *off* entra para encerrar: “Comprar DVD pirata é patrocinar o crime”.

O filme da UBV traz informações técnicas equivocadas, pois confunde “pirataria”, não mais com “contrafação”, como fez o CNCP, do MJ,

mas com tráfico de armas e crime organizado. Além disso, tem um caráter moralizante de cunho coercitivo, ligando a conduta de comprar um filme “pirata” ao status de traficar armas ou financiar organizações criminosas. Além disso, explora o medo dos indivíduos e é extremamente apelativo, pois usa a imagem da criança, frágil e inocente, que não entende a situação e fica extremamente assustada com o ato da “mãe fora-da-lei”.

Porém, a campanha antipirataria não para por aí e se expande por outros braços institucionais. Chegamos a um deles clicando, na própria página da UBV, no ícone da FNCP: Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade. O primeiro contato com o site vem através de uma janela dinâmica (*pop-up*), com *layout* em movimento, que traz os seguintes dizeres: “Produto pirata traz malefícios à saúde do consumidor”; “Pirataria rouba empregos”;

⁵ <http://www.ubv.org.br/index.php?pagina=video6> Acesso em 12/04/11.

“Pirataria financia o crime organizado”, e “Pirataria impede o crescimento da indústria nacional”.

A essas mensagens se intercalam imagens de armas, policiais, mendigos, prédios abandonados, bonecas inteiras e bonecas despedaçadas.

Com essa ação, a ideia do FNCP é responsabilizar o consumidor pelos malefícios da “pirataria” sem, no entanto, fundamentar quais são esses malefícios. Fala-se em perda de emprego, crime organizado, tráfico, crise econômica, prejuízos à saúde, porém nenhum dado constata a veracidade dessas alegações. O estudo publicado recentemente, denominado *Media Piracy in Emerging Economies*⁶, questiona justamente as fontes que subsidiam a indústria fonográfica na cruzada antipirataria. Este trabalho, que tem mais de oitenta páginas dedicadas ao mercado brasileiro, constatou que a grande razão para a aquisição de produtos ilegais é o alto preço dos produtos legalizados, padronizados internacionalmente por essa indústria.

A propaganda da FNCP, portanto, apela mais uma vez à moralidade e à distorção de conceitos técnicos e de informações oferecidas aos consumidores. Quando explora indevidamente o risco à segurança do consumidor que adquire o produto “pirata”, sem contudo justificar onde está o risco, incorre em publicidade abusiva. Quando falseia informações essenciais pratica publicidade enganosa. Tal propaganda afronta diretamente o art. 37, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

Essa campanha, ainda que condenável, parte da iniciativa privada, dos fornecedores ou de seus representantes, sendo conduta infelizmente costumeira no mercado, passível de ser questionada na esfera judicial. Alguns setores empresariais de fato não possuem qualquer responsabilidade social. Porém, no próprio site do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, são encontrados os logotipos de seus parceiros institucionais, dentre os quais se encontram, além do já conhecido CNCP: Receita Federal, Ministério da Justiça, Inmetro, Anvisa, e, pasmemos, o Ministério Público do Estado de São Paulo. Ou seja, o Estado assina embaixo de campanhas mentirosas, moralizantes e criminalizantes relacionadas à proteção dos direitos autorais. Inaceitável.

Enfim, todas essas campanhas institucionais são lideradas por organizações que, direta ou indiretamente, têm ditado programas e políticas públicas na área de acesso à cultura. De alguma forma, esses entes têm influenciado a atuação do Estado nesse setor. Algumas dessas organizações, declaradamente voltadas à proteção dos interesses comerciais de seus afiliados, têm tido mais voz nas ações estatais que outras organizações, voltadas à realização da cidadania, como, por exemplo, entidades de defesa do consumidor.

Fica evidente que, a despeito da supremacia do interesse público, o Estado tem atuado de forma articulada com o interesse privado, agindo contra

6. <http://piracy.ssrc.org/>

seu próprio papel institucional de garantir a proteção das criações em consonância com a defesa do consumidor e com o direito constitucional à cultura. Quando vários ministérios importantes, agências reguladoras e até o Poder Judiciário se colocam como soldados aguerridos da cruzada antipirataria, atendem mais aos interesses dos intermediários da cadeia cultural do que aos dos próprios autores. Contribuem mais para a monopolização do mercado cultural do que para a democratização do consumo de cultura. Aos cidadãos e cidadãs, que não têm dinheiro, mas têm interesse em cultura quando confrontados em suas vidas cotidianas com o discurso antipirataria, resta resistir ou se render.

:: MINC MAIS PRA LÁ DO QUE PRA CÁ

A sociedade se vê acuada pelas ações e pelo discurso da indústria cultural. Há um movimento internacional pela "harmonização" das legislações autorais, no sentido de recrudescer as possibilidades de livre utilização das obras, com austeridade à proteção dos autores. A própria *Motion Pictures Association*, membro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça, com apoio institucional do Ministério de Comércio Exterior dos Estados Unidos e com a benção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), articula a pressão internacional sobre os governos por leis e políticas menos flexíveis de direitos autorais.

Tal pressão surtiu efeito em vários países. A Espanha recentemente aprovou a Lei Sinde,

que permite o bloqueio de sites suspeitos de compartilharem arquivos na internet. A medida segue as diretrizes da Lei Hadopi, francesa, vigente desde 2010, que igualmente criminaliza as trocas *peer-to-peer* (p2p).

Esse movimento se concretiza internacionalmente com o estabelecimento fático do ACTA (*Anti-Counterfeiting Trade Agreement*), tratado negociado por EUA, União Européia e outros países, em fóruns fechados, sem a participação da sociedade civil, com o intuito de aumentar a cooperação internacional no combate à "pirataria". Suas disposições têm o objetivo de interferir normativamente na dinâmica de trocas informativas na internet e devem afetar diretamente direitos individuais, como a privacidade, a liberdade e a intimidade na rede. Tudo sob o pretexto de garantir maior proteção aos autores.

O Brasil seguiu caminho diferente nos últimos anos. O Ministério da Cultura vinha adotando uma postura equilibrada entre a proteção dos autores e a busca do interesse público na utilização dos bens culturais. Promoveu durante seis anos intenso debate público sobre a necessidade de reforma da Lei 9.610/98 e teve maciça adesão da sociedade na discussão, especialmente nas contribuições ao anteprojeto de lei de reforma da legislação. O novo texto proposto era extremamente avançado, deixando de criminalizar condutas cotidianas dos consumidores e adaptando os dispositivos legais às possibilidades digitais de acesso, trazidas pelas novas tecnologias e catalisadas pela internet.

O país ocupou papel protagonista nos fóruns internacionais, justamente por encampar a bandeira da compatibilização de direitos fundamentais, como direitos do autor e direito à educação, cultura, informação. Internamente, o MinC propôs o diálogo com os mais diversos movimentos – de democratização do conhecimento e da comunicação, com professores e estudantes, com artistas, autores e empresários culturais, com organizações de pessoas com deficiência e de consumidores.

Nesse processo, ganhou força o movimento pela cultura digital, entendida como uma nova realidade de produção, promoção, circulação e fruição da cultura. Essa nova frente de democratização cultural já havia sido contemplada como política pública pelo Ministério, que designou inclusive uma diretoria específica para o tema. Com a reforma da LDA, a cultura digital passaria a ser contemplada, como uma nova possibilidade para autores e consumidores da cultura, saindo do limbo de marginalização em que a lei atual a coloca.

Porém, no ano de 2011, a nova gestão do MinC alterou sua visão sobre esse processo e passou a dar mostras de alinhamento com a agenda internacional ditada por aqueles que movimentam a ciranda antipirataria. A primeira manifestação da Ministra Ana de Hollanda foi a retirada do selo Creative Commons (CC) do site do Ministério. A licença CC autoriza, de antemão, determinados

usos de obras protegidas pelo direito autoral, como textos, artigos, fotos e dados presentes no site. A alegação para a supressão foi a de que uma “marca” de uma empresa com fins lucrativos, uma “entidade privada”, não poderia ficar na página de um órgão público, fazendo “propaganda”, sem qualquer tipo de “licitação”⁷.

Tal medida trouxe repercussão imediata nos meios digitais e gerou grande insatisfação nos coletivos e organizações que reivindicam a internet como espaço de diálogo e acesso à cultura, principalmente pela flagrante falta de conhecimento a respeito do tema pelo Ministério.

A ação seguinte do MinC foi a demissão do Diretor de Direitos Intelectuais que conduziu todo o processo de reforma e as negociações nacionais e internacionais sobre o tema. Foi nomeada para o cargo uma advogada ligada historicamente ao Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (ECAD), associação coletora de direitos autorais que não sofre qualquer tipo de supervisão pública e uma das principais lideranças no movimento contrário à revisão da LDA.

Não bastasse, antes de completados cem dias de gestão, a Ministra reuniu-se com o Secretário do Comércio Exterior dos Estados Unidos, em Brasília, para tratar justamente da situação dos direitos autorais no país. No nosso país. De acordo com a Ministra, o Secretário “estava muito preocupado

7. Discursos da Ministra explicando os motivos para a retirada do selo de licenciamento: <http://bit.ly/hAx4Oh>; <http://bit.ly/ewloiQ>. A nota no site do MinC informou: “A retirada da referência ao Creative Commons da página principal do Ministério da Cultura se deu porque a legislação brasileira permite a liberação de conteúdo. Não há necessidade do ministério dar destaque a uma iniciativa específica. Isso não impede que o Creative Commons ou outras formas de licenciamento sejam utilizados pelos interessados.” Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/22/licenca-de-uso/> Acesso em 12/04/11.

■ o Estado tem atuado de forma articulada com o interesse privado, agindo contra seu próprio papel institucional

com a questão da liberação dos direitos. De como a flexibilização no direito autoral pode acarretar mais tolerância com a pirataria”⁸.

A sinalização de apoio à nova postura do MinC é clara por parte dos representantes da indústria. O último relatório da International Intellectual Property Alliance – IIPA (Aliança Internacional de Propriedade Intelectual), intitulado Special 301⁹, que traz o cenário da proteção da propriedade intelectual em vários países do mundo, criticou veementemente o processo de revisão da Lei de Direito Autoral em andamento no país. Criticou também o projeto do Marco Civil da Internet, que disciplina os direitos e responsabilidade na rede, com base nos princípios da liberdade, neutralidade e privacidade.

A atitude do Ministério, alinhada com a posição da indústria, foi reabrir o processo de discussão sobre a reforma da LDA, com o argumento de que é necessário ouvir mais os “artistas” e “especialistas” no assunto. Até agora não foi disponibilizado pelo

MinC o relatório que compila as contribuições da sociedade à consulta pública de 2010, assimiladas ou não no texto final. Além disso não há previsão para o envio do projeto de lei para o debate e votação no Congresso Nacional.

No Congresso, aliás, retomou-se a onda de recrudescimento do direito autoral. Foi reaberta a discussão do Projeto de Lei 84/99, a chamada Lei Azeredo. O PL prevê o monitoramento dos usuários pelos provedores de internet e a permissão para que cortem sua conexão em caso de conduta suspeita de violação de direitos autorais. A linha é a mesma das leis da França e da Espanha, prevendo a intervenção direta na esfera individual dos consumidores. Por aqui, o movimento de cultura digital batizou o PL de AI-5 Digital, em referência ao famigerado ato institucional da ditadura militar, que cassou direitos civis e políticos, em 1968.

Em suma, a atual conjuntura política brasileira é preocupante no que toca à atuação do Estado na formulação de leis e políticas para o acesso à cultura. O posicionamento dos órgãos afetos ao tema, de forma positiva, como o MinC na formulação das políticas, ou negativamente, como o Ministério da Justiça no apoio à campanha criminalizante antipirataria, tem na maioria das vezes servido mais à extremada proteção das obras, para fins mercadológicos, do que propriamente ao interesse público, para sua democratização.

8. Entrevista da Ministra da Cultura Ana de Hollanda publicada pelo Estadão em 27/03/11, disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110327/not_imp697748.o.php. Acesso em 12/04/11. 9. Relatório de 15/02/11, disponível em <http://www.iipa.com/rbc/2011/2011SPEC301BRAZIL.pdf>

No que diz respeito à cultura digital, a aura de marginalização permanece, como se a internet prestasse um desserviço à cultura brasileira, quando, ao contrário, é hoje o grande espaço de trocas simbólicas e potencial plataforma para uma moderna economia da cultura.

:: RESISTÊNCIA OU RENDIÇÃO

Por fim, o cenário para aqueles que desejam ter acesso à cultura no Brasil, e mais ainda, para aqueles que incorporaram o significado da famigerada cultura digital não é dos melhores. Num país com altos índices de analfabetismo e poucos aparelhos culturais, num país que restringe o consumo de produtos e serviços culturais às classes mais abastadas, a internet deve servir como instrumento para políticas públicas de acesso. Na dinâmica da cultura digital, que reorganiza os padrões de circulação e consumo de bens culturais, qualquer legislação que vise à proteção das obras produzidas deve considerar essas novas potencialidades e, principalmente, as possibilidades de acesso que uma nova lei, que incorpore essa nova visão, traria.

O Ministério da Cultura não parece convencido disso. Sua proposta de reabertura do debate sobre a LDA, e de não envio do projeto ao Congresso, com a preocupação de que a internet ainda precisa ser mais discutida e de que os autores fiquem mais convencidos demonstra a intenção de retardamento do processo de revisão. Aos consumidores da cultura

que, pelo alto preço do mercado tradicional de bens e serviços culturais, passam a utilizar legitimamente as redes para acessar e compartilhar cultura, resta o rótulo da “pirataria” e o espírito da marginalização.

Nesse quadro, não é apenas a resistência dos movimentos de cultura digital que chamarão a atenção para a necessidade de compatibilização de direitos, especialmente na internet. A vida cotidiana das pessoas comuns, cidadãos e cidadãs, autores ou não, comprova isso. A todo momento, por tratar-se de algo legítimo, as pessoas trocam músicas pela rede; criam colaborativamente filmes, imagens, programas; digitalizam livros e textos na ânsia de que os recursos educacionais atinjam o maior número possível de pessoas. Isso não pode ser ilegal. Num país como o Brasil, isso é justo. Mais que resistência, isso é realidade.

Caso contrário, fará sentido a resignação com o fato de sermos todos piratas, infratores, marginais e desobedientes. Fará sentido o chamado público do “Dia da Rendição”¹⁰, para que todos se entreguem às delegacias de polícia de sua cidade, confessando serem infratores de direitos autorais. “Se você copiou uma música do seu Ipod para o de seu amigo”. “Tirou cópia de um livro na faculdade para estudar”. “Baixou música da internet”. “Faça seu papel de cidadão e entregue-se!”. É o que diz a chamada. Se isso ocorrer, o número de delegacias do Brasil não será suficiente para a quantidade de delinqüentes. ●

10. <http://culturadigital.br/movimento/2011/04/06/dia-da-rendicao-um-ato-de-cidadania/> Acesso em 12/04/11.

> **André Lemos** professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, coordenador do Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC), pesquisador do CNPq e consultor da Fapesp, CNPq e CAPES.



Things (and People) Are The Tools Of Revolution!

Muitos artigos têm discutido o papel das mídias sociais e telefones celulares nos atuais acontecimentos no norte de África e Oriente Médio: Tunísia, Egito, Barein, Líbia, Iêmen, Marrocos... Uma verdadeira avalanche revolucionária atinge países dominados por ditaduras ancestrais e/ou por fundamentalismos religiosos. O que estamos assistindo é uma revolução de jovens que pedem a saída de regimes autoritários em nome da liberdade e da melhoria das condições de vida, sem slogan

anti-imperialista ou bandeiras religiosas. A formação de um novo Mundo Árabe, sem ditaduras militares apoiadas pelo Ocidente ou teocracias fundamentalistas (embora ainda seja cedo para saber o que vai acontecer) são, junto com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os maiores eventos do ainda debutante século XXI.

As "redes sociais", principalmente blogs, Twitter e Facebook, e os celulares, com fotos, vídeos e SMS, têm sido atores fundamentais nesses levantes.

■ A questão que tem sido colocada, a saber se as redes sociais e celulares são apenas ferramentas, instrumentos, meios ou atores, aponta para uma má compreensão do papel dos objetos na vida social.

Vejam esse interessante mapa¹ mostrando a penetração de telefones celulares, internet e Facebook nos países do Norte da África e Oriente Médio. Há debate sobre se essas novas ferramentas produziram ou não a revolução, o que alguns estão chamando de “Revolução 2.0”. A questão que tem sido colocada, a saber se as redes sociais e celulares são apenas ferramentas, instrumentos, meios ou atores, aponta para uma má compreensão do papel dos objetos na vida social. É comum afirmações de que objetos são “apenas” ferramentas. É essa a sua essência, seu modo de existência.

Para compreender o papel do Twitter, do Facebook, dos celulares e blogs nos atuais levantes nos países árabes, e para afirmar no final que eles são agentes que produziram as atuais revoluções, vou sustentar aqui (um *work in progress* como um

exercício baseado na metafísica de Bruno Latour e sua Teoria Ator-Rede – *Actor-Network Theory* – ANT) que:

1. Não há essência ou imanência;
2. Toda agência depende da associação em causa e;
3. Agentes não-humanos não são entidades passivas.

Um martelo, um computador, leis e normas, um telefone celular, um blog, o Twitter ou o Facebook não são ferramentas, meios, intermediários, por um lado, ou agentes, mediadores, tradutores, atores, por outro. A ANT sustenta que não há essência, e que os “objetos” citados podem exercer um ou outro papel a depender das associações criadas. Para evitar pensar os agentes apenas como humanos, a ANT prefere o termo “actante” que, vindo da semiótica greimasiana, remete a tudo aquilo que gera ação.

1. Ver em <http://edition.cnn.com/interactive/2011/02/tech/map.mideast.tech/index.html>



Portanto, não há essência, e actantes humanos e não-humanos assumem determinados papéis a depender das associações que se constituem em determinada ação. Se não há ação, não há nada e eles não são "actantes". Por exemplo, cartas e bilhetes foram actantes não-humanos importantes em eventos e guerras passadas (na Grécia, na Primeira Guerra Mundial, nas revoluções políticas do século XX, etc.). O mesmo podemos dizer do rádio e da TV. Em alguns momentos são meros intermediários (não modificam outros agentes e não produzem diferenças), em outros, são actantes, agentes produzindo diferenças, ações (pode ser um martelo, um computador, um artigo científico, uma lei...).

No caso em questão, podemos dizer que blogs, Facebook, Twitter, celulares..., agiram como mediadores e foram tradutores de ações de/para outros actantes que ganharam várias dimensões

(as ruas, as emissões televisivas, os artigos etc.) e fizeram com que as ditaduras da Tunísia e do Egito caíssem. Eles podem não ter função mediadora no futuro, já que não há essência ou potência velada, só associações que se fazem ou não no tempo. Como diz Latour: "**essência é existência e existência é a ação**". No fundo, a discussão sobre se as mídias sociais e telefones celulares fizeram a revolução se perde na polarização entre sujeitos (que têm uma essência – ser o mediador e senhor da agência) e os objetos (que têm uma essência – serem apenas intermediários, "ferramentas", "instrumentos", "meios"). No caso das revoluções atuais, vários textos (ver mais adiante) consideram que as ferramentas digitais foram o que são: apenas ferramentas, meros intermediários, "meios" de comunicação.

É comum pensar que uma revolução que se preze só pode acontecer, e ser assim nomeada, se for feita por "sujeitos" livres, independentes dos objetos (que não podem ter papel ativo na ação). Pessoas são independentes das ferramentas. Objetos são, no máximo, instrumentos, epifenômenos dos eventos. Levantes "legítimos" são feitos por "sujeitos" livres, por subjetividades que compõem essa nova "multidão" emancipadora. O sujeito não se mistura ao objeto e, para ser sujeito, deve mesmo ser o mais "independente possível" dos objetos, deve se livrar das amarras para achar o seu "núcleo" velado no interior. Esse é o ponto crucial do equívoco: a dicotomia que separa sujeito e objeto (como se isso fosse possível!). No entanto, **se retiramos os objetos, não encontraremos mais sujeitos!**

Vejam alguns exemplos desse debate no artigo de Manuel Castells²; em matéria no Le Monde³ sobre juventude pós-islamistas, e também aqui perguntando se “Les Révolution Arabes sont-elles des ‘révolutions 2.0’?”⁴; no texto de Charles Hirschkind⁵ sobre a importância do Facebook e do Twitter no Egito; no artigo de Devin Coldewey⁶ afirmando que “pessoas, e não coisas, são as ferramentas da revolução” (o título é bem interessante, daí a brincadeira com o título desse post); na discussão motivada pelo texto “A revolução não será tuitada”, de Malcolm Gladwell⁷; e em diversas contribuições na lista “air-l@listserver.aoir.org” da Association of Internet Researchers⁸.

As mídias sociais fizeram sim a revolução, mas em uma rede de atores. Não foi uma revolução das empresas Facebook ou Twitter. Essas “redes sociais” foram agentes produtores de mediações na alavancagem dos acontecimentos nos países árabes. Nesse sentido, Facebook, Twitter, blogs, telefones celulares, entre outros actantes não-humanos, fizeram as revoluções ao entrarem em associação com outros “actantes” (pessoas, discursos, dados sociais – desemprego e baixos salários, informações sobre corrupção e violência policial, mídia internacional, panfletos, pedras etc.). É difícil achar uma agência puramente

humana nesses fenômenos de associações, traduções e mediações. **É difícil achar ação puramente humana, tout court!** Nas revoluções que reconfiguram agora o Mundo Árabe, podemos dizer que atores humanos e não-humanos entram em mediações e traduções que as produziram. Sustentar o contrário é, em primeiro lugar, negar os fatos e, em segundo, se apegar a uma separação essencial entre sujeito e objeto, natureza e cultura que apaga os actantes não-humanos. Como Latour, reivindica-se aqui uma “filosofia orientada ao objeto”, uma “metafísica empírica”. Descreva essa revolução (ou qualquer outra associação) até o seu esgotamento e verás todos os actantes que a produzem!

Para os que compreendem o mundo a partir da grande Bifurcação (segundo termo de Whitehead), uma “legítima”, “essencial” e “imaneente” revolução só pode ser feita por sujeitos “puros”, desamarrados de quaisquer relações com “atores não-humanos” (que só viriam a contaminar a sua essência – muitos artigos denunciam essa mácula). Essas revoluções são “Sociais”, com S maiúsculo, como aquilo que é produzido por sujeitos humanos. A ANT se opõe a essa visão do Social. Para muitos analistas, as atuais revoluções estariam latentes, aguardando sua atualização como um dever, uma resolução de poderes, uma imanência da multidão, em potência.

2. Em <http://www.lavanguardia.es/opinion/articulos/20110219/54117604837/anatomia-de-una-revolucion.html> 3. Em http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/02/12/revolution-post-islamiste_1478858_3232.html 4. Em http://www.lemonde.fr/afrique/article/2011/02/21/les-revoltes-arabes-sont-elles-des-revolutions-2-0_1483033_3212.html 5. Em [http://blog.p2pfoundation.net/p2p-aspects-of-the-arab-uprising-3-the-real-history-of-the-role-of-blogs-and-facebook-in-egypt/2011/02/12?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+P2pFoundation+\(P2P+Foundation\)&utm_content=Twitter](http://blog.p2pfoundation.net/p2p-aspects-of-the-arab-uprising-3-the-real-history-of-the-role-of-blogs-and-facebook-in-egypt/2011/02/12?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+P2pFoundation+(P2P+Foundation)&utm_content=Twitter) 6. Em <http://techcrunch.com/2011/02/11/tools-of-revolution/> 7. Em http://www.newyorker.com/reporting/2010/10/04/101004fa_fact_gladwell 8. Ver <http://www.aoir.org/>

Essa “Sociologia do Social”, como afirma Latour, esconde os actantes sob o manto das grandes narrativas (Poder, Império, Multidão, Estrutura) e não nos permite ver a “sociologia das associações” (entre humano e não-humanos) que revelam verdadeiramente o “social”. Como afirma Latour, **o social não é a explicação das associações, como aprendemos na escola. Ele é o resultado dessas associações.** E podemos facilmente retrair as associações: vejam os artigos citados, os logs dos SMS, os posts nos blogs, Facebook e Twitter etc., para uma cartografia dessa “controvérsia”⁹.

Ora, uma revolução sem actantes não-humanos não aconteceu no Norte da África, não acontece agora no Oriente Médio e talvez não seja exagero afirmar que nunca tenha acontecido na história da humanidade. Toda luta política, todo levante, toda ação que possa ser chamada de social (criada por associações entre actantes que traduzem e mediam uns aos outros) só acontecem pelas conflituosas, difíceis e tensas relações entre humanos e não-humanos. Cabe analisar em que momento, a partir dos rastros das ações, determinados actantes não-humanos serviram como mediadores, como tradutores, e em que momentos eles se calaram (não produzindo ações). Como vimos acima, a essência não existe e a agência se dá (ou não) na associação. Como pensar que guerras e levantes seriam realizados sem discursos das mais diversas

ordens, sem imagens (fotografia, cinema, TV), sem armas, sem propaganda, sem panfletos, sem imprensa, sem telefone, sem rádio... **Onde encontraremos um sujeito desprovido de seu hibridismo com o objeto?**

Sim, ferramentas podem ser “apenas” intermediários quando não produzem diferenças, quando não traduzem outros agentes, ou seja, quando não produzem ação! Mas não a priori. Nas revoluções que aconteceram no Egito e Tunísia (veremos o que acontecerá nas outras), os rastros deixados confirmam que celulares, mídias e redes sociais (assim como o telefone fixo, satélites, TV, megafones, apitos, armas improvisadas, pedras etc.) agiram como mediadores e tradutores de outros agentes (humanos e não-humanos) e fizeram sim, as revoluções. E parece que estão fazendo também as que estão em curso na Líbia, Barein, Iêmem...

Vejam como, erroneamente, Dan Patterson da ABC News afirma que “*Twitter is a tool, the web is a medium, and journalism is an action*” (via @liaseixas). Essa frase é exemplar do que queremos mostrar nesse post. Para Patterson, o jornalismo é ação (não seria ele ação de relatar acontecimentos?) onde agentes humanos (mas e as máquinas, as instituições, as redes de distribuição etc?) têm o controle da agência. Já os não humanos, Twitter e Web são ferramenta e meio, mídia, respectivamente (vejam como a ANT pode nos ajudar nos estudos

9. Ver <http://mappingcontroversies.net/>

das mídias, embora seja pouco conhecida na área de comunicação no Brasil!). Mais uma vez, credita-se uma suposta essência. Mas o Twitter usado pelo jornalismo na Web seria o quê? E a Web? Ferramenta, ação ou mídia?

Aqui está de novo a grande Bifurcação. Aqui começa a confusão. Como dissemos, tudo depende da associação. Ferramentas podem ser intermediários, quando não produzem ação, ou “actantes”, quando, em conjunção com outros, realizam eventos. Pensar como Patterson significa eleger a separação entre atores humanos e não-humanos dando privilégio a um dos pólos, no caso o “Jornalismo” (bom, ele é jornalista!). O jornalismo efetivamente produz ação, ele está certo, mas não É ação. No entanto, como explicar essa ação? Como esse “sujeito” jornalismo a produz? Não seria a ação do “jornalismo” fruto de um conjunto de associações entre actantes humanos e não-humanos, sem que haja a priori um que seja o sujeito da “ação”, outro a “ferramenta” e um outro o “meio”? Como agiria o “jornalismo” sem os editores, os repórteres, as agências de notícias, as indústrias culturais, os professores e escolas de comunicação, as empresas publicitárias, os distribuidores, o jornalista, o papel jornal, a banca de jornal, os computadores, os telefones, o celular, o fax e... a internet e suas expressões como o Twitter e a Web? Não caberia investigar caso a caso? Como pode um jornalista pensar e agir sem outros jornais, jornalistas, empresas, indústrias, publicidade, computadores, telefones, satélites etc.? Quem faz a ação é um sujeito não-híbrido livre de

relações não instrumentais? Podemos separar de um lado “o jornalismo” e do outro as “ferramentas e meios”?

Para Patterson, o jornalismo é um “sujeito”, uma “estrutura” que cala os actantes não-humano. Ele só vê essências: jornalismo – ação, Twitter – ferramenta, Web – meio. Dito dessa forma, jornalismo é apenas um nome que apaga os demais actantes em uma grande Narrativa. Dizer “jornalismo” é o mesmo que não dizer nada. Não descreve o que ele é nem esclarece sobre sua prática. Apenas qualifica: Ação! É como dizer Poder, Império, Multidão sem se ater às descrições. Retire do “jornalismo” a internet, as empresas jornalísticas, as universidades e professores de jornalismo, os jornalistas, os distribuidores, os computadores, os celulares, os órgãos reguladores, o papel jornal, a web... e veja se você ainda vê algum “sujeito” livre de amarras!

Falamos aqui do jornalismo, mas podemos dizer o mesmo da nossa atividade acadêmica: como produzir um texto acadêmico sem a universidade, a sala de aula, os alunos e os grupos de pesquisa, o computador, a internet, o financiamento à pesquisa, as revistas acadêmicas, os livros, os pares avaliadores etc.? Como diz Bruno Latour, “um Boing não voa. O que voa são companhias aéreas”. Podemos dizer o mesmo do jornalista ou de nós pesquisadores. Quem faz pesquisa e produz textos não é o gênio solitário, um sujeito (humano) puro, em sua essência genial, mas uma instituição que associa diversos actantes (humanos e não-humanos) – a Universidade! A genialidade de um pesquisador,

ou jornalista, ou artista, ou médico, vem da forma como ele entra em associação com outros actantes humanos e não-humanos. **A genialidade e originalidade de uma ação não vêm da independência de outros actantes, mas justamente do contrário: das boas associações estabelecidas.**

Da mesma forma, se as mídias sociais foram apenas “ferramentas”, tente então retirar dos fatos (rastros) produzidos nos eventos revolucionários árabes esses mesmos artefatos (Twitter, Facebook, celulares...) e veja se você ainda consegue ver o fenômeno. Retire as “ferramentas” das matérias escritas, dos programas de TV, das informações na internet, das discussões no rádio, apague os logs de SMS, os posts nos diversos blogs, as páginas do Facebook, os relatos e informações no Twitter, os vídeos e fotos dos celulares... e veja se você ainda consegue ver as revoluções realizadas no Egito e na Tunísia.

Não preciso insistir, mas é bom lembrar, que isso não quer dizer que os agentes não-humanos agem sozinhos. Acho que essa questão nem mesmo deveria ser colocada, se me fiz compreender nos parágrafos anteriores. Mas é bom repetir:

Não é uma revolução do Twitter, não é uma revolução do Facebook. Não é uma revolução sem Twitter, não é uma revolução sem Facebook. É uma revolução na qual as mídias e redes sociais se constituíram como actantes importantes para a associação que a realizou.

Como vimos, a ação se dá pela associações de diversos mediadores (que não são em essência mediadores, mas que agem em determinado momento como tais) e não a partir de um sujeito ou de um objeto que teriam o monopólio da agência ou uma essência. Deve-se, então, abolir essa falsa separação para que possamos pensar os eventos em sua complexidade, para além da polarização “physis” – “techné”, “sujeito” – “objeto”, “natureza” – “cultura”. Os eventos atuais nos países árabes podem nos ajudar a reconhecer uma “política da composição” para avançar na constituição de uma filosofia dos objetos e de uma sociologia das associações que não coloquem apenas no sujeito humano a primazia da ação. Vejam o que afirma Latour sobre essa política no seu recente Manifesto Compositorista¹⁰:

“Nature is not a thing, a domain, a realm, an ontological territory. It is (or rather, it was during the short modern parenthesis) a way of organizing the division (what Alfred North Whitehead has called the Bifurcation) between appearances and reality, subjectivity and objectivity, history and immutability. (...) But no doubt that it is a fabulously useful ploy, invented in the seventeenth century, to establish a political epistemology and to decide who will be allowed to talk about what, and which types of beings will remain silent. This was the time of the great political, religious,

10. Em <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/120-COMPO-MANIFESTO.pdf>

legal, and epistemological invention of matters of fact, embedded in a *res extensa* devoid of any meaning, except that of being the ultimate reality, made of fully silent entities that were yet able, through the mysterious intervention of Science (capital S) to “speak by themselves” (but without the mediation of science, small s, and scientists — also small s!).

(...) This is why rationalists never detect the contradiction between what they say about the continuity of causes and consequences and what they witness—namely the discontinuity, invention, supplementarity, creativity (“creativity is the ultimate” as Whitehead said) between associations of mediators. They simply transform this discrepancy (which would make their worldview untenable) into a radical divide between human subjects and nonhuman objects. (...) Compositionists, however, cannot rely on such a solution. The continuity of all agents in space and time is not given to them as it was to naturalists: they have to compose it, slowly and progressively. And, moreover, to compose it from discontinuous pieces. Not only because human destiny (microcosm) and nonhuman destiny (macrocosm) are now entangled for everyone to see (contrary to the strange dream of Bifurcation), but for a much deeper reason on which the capture of the creativity of all agencies depends: consequences overwhelm their causes, and this overflow has to be respected everywhere, in every domain, in every discipline,

and for every type of entity. It is no longer possible to build the cage of nature—and indeed it has never been possible to live in this cage. This is, after all, what is meant by the *eikos* of ecology.”

Para finalizar, acabo de ver a matéria do NYT com o sugestivo título, “Cellphones Become the World’s Eyes and Ears on Protests”, onde podemos ler:

“For some of the protesters facing Bahrain’s heavily armed security forces in and around Pearl Square in Manama, the most powerful weapon against shotguns and tear gas has been the tiny camera inside their cellphones.” “(...) A novelty less than a decade ago, the cellphone camera has become a vital tool to document the government response to the unrest that has spread through the Middle East and North Africa. (...) Recognizing the power of such documentation, human rights groups have published guides and provided training on how to use cellphone cameras effectively.”

//PARA MAIOR APROFUNDAMENTO:

- LATOUR, B. **Reassembling the social. An Introduction to Actor-Network Theory.**, Oxford, Oxford University Press, 2005.
- Latour, B., **An attempt at writing a “Compositionist Manifesto”**.. in <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/120-COMPO-MANIFESTO.pdf>
- LATOUR, B., **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: ed. 34., 1994.
- HARMAN, G., **The Prince of Networks.** Bruno Latour and Metaphysics. 2009.
- WHITEHEAD, A., **Process and Reality.**, NY, Free Press, 1978.

* Este artigo foi publicado no Carnet de Notes, blog do André Lemos - <http://andrelemos.info> ●



> **Becky Hogge** é escritora freelancer e radialista. Foi diretora executiva do Open Rights Group e diretora de tecnologia da openDemocracy.

A nuvem de liberdade

É uma manhã de terça-feira, fevereiro de 2011. De uma Cairo eufórica, um correspondente do programa de notícias que é o carro-chefe da rádio BBC - o *Today* - transmite a reportagem sobre a deposição de Hosni Mubarak. Em seguida, Anouar Swed, um jovem líbio que vive em Londres, fala com o outro apresentador, James Naughtie. A BBC e outros jornalistas ocidentais ainda não podem entrar na Líbia cruzando a fronteira a partir dos recém-libertados Egito e Tunísia. Mas Anouar está

em contato com seus amigos e familiares no interior do país, principalmente através de mensagens SMS, e com base em seus relatos, diz que as pessoas na capital Trípoli estão sendo baleadas "por todos os lados".

No final da entrevista, Anouar pede aos ouvintes para visitarem o Facebook e procurarem pelo *World Medical Camp for Lybia*, ou escreverem para o e-mail wmclibya@gmail.com oferecendo "qualquer coisa com a qual eles possam colaborar, o mais rapidamente possível".

Num instante, o apelo coloca o tumulto incipiente na Líbia do coronel Khadafi no mesmo contexto dos protestos via internet e baseados no uso de tecnologia que nas semanas anteriores varreu os países vizinhos.

O grau de influência destas ferramentas nos levantes populares, que começaram na Tunísia e no Egito, e a partir dali se espalharam para o leste da Jordânia, Bahrein, Iêmen e Síria ainda permanece em disputa. Mas o fato de que muitos árabes - geralmente jovens, educados, ambiciosos, idealistas, e frustrados - têm sido capazes de usá-los para partilhar informações e coordenar protestos contra regimes autoritários é indiscutível.

Na Tunísia, a auto-imolação de um jovem desesperado, comerciante em uma feira na cidade de Sidi Bouzid, provocou revoltas locais que foram foco de atenção nacional e internacional, através do uso combinado de vídeos feitos com celular, Facebook e emissoras como a Al -Jazeera -, bem como do destaque da hashtag # sidibouzid no Twitter. No Egito, a página do Facebook "Somos todos Khaled Said" - homenagem a uma das muitas vítimas de tortura por parte da truculenta polícia do Egito - ajudou a galvanizar a resistência em todo o país contra um regime corrupto. Onde quer que haja protestos no resto da região - do Irã, ao leste, até o Marrocos, a oeste -, os novos meios de comunicação fazem parte da cena.

A este respeito, a intervenção de Anouar Swed - uma voz dissidente (embora transmitindo a

mensagem de outros) de dentro da Líbia, quando os gigantes da radiodifusão estavam ainda retidos na fronteira - parece parte de uma grande onda histórica. Porta aberta versus janela fechando. Não há nenhuma certeza e há muito debate sobre o quanto as novas ferramentas têm contribuído para o contínuo processo de mudança política no Oriente Médio (ou em qualquer outro lugar). O vácuo de entendimento é preenchido por uma especulação sem fim, cujo provável efeito global é superestimar o papel do Twitter, do Facebook e de demais redes no renascimento árabe.

Por que isso? Em parte porque esta especulação é um divertido e lucrativo negócio, em parte porque muitas das pessoas no Ocidente envolvidas em tal especulação - mesmo que a nossa compreensão geral do mundo árabe seja uma colcha de retalhos formada por pedaços de propaganda neoconservadora e de pastiche estilo Indiana Jones - usam o Twitter e Facebook todo dia, e são tentadas a inflar o poder destes nossos brinquedos de uso compulsivo. Mas isso também ocorre pelo o motivo mais perdoável - o fato que as novas tecnologias - como qualquer imigrante para nossos imaginários - cumprem perfeitamente o papel alternado de deus e de bode expiatório, do qual os humanos parecem precisar para explicar (ou ignorar) complexos problemas sociais e políticos.

Uma exploração um pouco mais profunda dessa ambiguidade nos distancia dos grandes

acontecimentos em toda a África do Norte e no Oriente Médio e nos leva em direção aos principais argumentos políticos, técnicos e comerciais sobre a capacidade das novas tecnologias de promover a liberdade. A diferença de contextos pode ser menor do que parece, e numa perspectiva mais abrangente esta diferença pode se mostrar menos importante do que a questão subjacente enfrentada em cada caso: se as mais poderosas das ferramentas atuais são menos uma porta para o futuro do que uma janela de oportunidade que está se fechando bem agora.

■ Não há nenhuma certeza e há muito debate sobre o quanto as novas ferramentas têm contribuído para o contínuo processo de mudança política no Oriente Médio



:: OS NOVOS PORTEIROS

“Governos do Mundo Industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço, eu venho do espaço cibernético, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, eu peço a vocês do passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nos reunimos.” Estas palavras, escritas em 1996 pelo escriba da então incipiente *world wide web* (e letrista da banda de rock Grateful Dead) John Perry Barlow, são a bandeira de inspiração sob a qual os ciberutópicos da velha escola ainda marcham.

O inimigo foi/é o *intermediário*, um conceito ainda importante no vocabulário do movimento pela sua capacidade de transmitir o caráter sufocante das instituições que, assim diz a teoria, são destinadas a ruir diante da força todo-poderosa, ainda que benigna, da rede global. A identidade exata destes intermediários - ou guardiães - vai depender da preferência de cada grupo ciberutópico, mas espera-se que entre eles necessariamente estejam incluídos impérios de poder informacional, tais como governos, corporações e a velha mídia (da emasculada BBC ao desenfreado império Murdoch).

Os utópicos também são conhecidos por outro nome, muitas vezes incompreendido: *hacker*. Um hacker gosta de desmontar as coisas, para ver como elas funcionam. Há um subgrupo de hackers que trabalha apenas em função de seus próprios interesses. Mas muitos buscam o bem comum.

Eles agem como inspetores voluntários de edificações, invadindo a arquitetura da sociedade digital para garantir que ela esteja adequada a fins públicos. Eles não gostam de intermediários, especialmente aqueles mantêm a informação fora de seu alcance ou impedem que eles desmontem as coisas para entender como elas funcionam. Pode-se dizer que um hacker quer o controle, e isso pode ser até verdade, em alguns casos. Mas a maioria dos hackers é motivada por um desejo de autonomia e autodeterminação, pela liberdade de criar, por fazer mais do que consumir o que lhes é oferecido por instituições poderosas.

Hackers são um grupo abrangente, e normalmente não se opõem ao uso extensivo do termo. À sua própria maneira, os ativistas dedicados e automotivados que ajudaram a semear a revolução do Egito também são hackers. Isso se reflete na adesão da mídia ao jargão do mundo tecnoutópico da década de 1990 para descrevê-los: “pequenas peças livremente associadas” em uma “rede” que é “conectada”, cujas notícias e convocações se espalham de forma “viral”, de uma forma que lhes permita agir de maneira “ágil” ainda que “livremente coordenada”, organizando protestos que se tornam um “meme” e, em última instância, tornam-se até mesmo a revolução – o próprio “efeito de rede”. No entanto, a promiscuidade da linguagem é também uma armadilha, na medida em que as ferramentas Web do renascimento árabe estão muito distantes daquelas dos ciberutópicos. O Facebook é uma hierarquia, e não uma rede.

O Twitter é uma hierarquia, e não uma rede.

O Gmail é uma hierarquia, e não uma rede.

Sim, aqueles de nós que utilizam essas ferramentas são “rede”: somos, como os utópicos diriam, livremente associados. Mas também estamos fundidos com os gigantes corporativos que fornecem e lucram com essas ferramentas, por cujos servidores passam nossas trocas mais íntimas ou banais.

A Arbor Networks, um gigante no mundo da segurança da rede, estima que cerca de 60% de todo o tráfego Web converge para cerca de 150 empresas e que 30% de todo o tráfego Web converge para cerca de trinta empresas: incluindo-se aí o Google, o Facebook e o Twitter. Essas corporações dos EUA são os hipergigantes, os novos intermediários ou porteiros - e eles estão começando a dominar a rede.

:: O SONHO À VENDA

Não era para ser assim. Meu primeiro sítio web estava hospedado em uma máquina no porão de uma república no leste de Londres. Serviu para publicar adoráveis elocubrações em código html sobre as questões *techies* do dia, textos que por sua vez me levaram ao meu primeiro emprego em uma revista. No dia em que um blog bastante popular postou um *link* para algo que eu havia escrito, a conexão internet da casa caiu, o que resultou num telefonema raivoso para o meu espaço de trabalho por parte de um companheiro de república que tentava terminar o seu doutorado. Chamavam isso de comunicação de muitos para muitos - e é exatamente o que era.

Mas, de maneira muito parecida com o que aconteceu com o movimento “de volta à terra” dos *communards* de 1960, que desistiram da agricultura depois que a primeira estação de plantio mostrou-lhes como aquilo era difícil, a autossuficiência comunicacional acabou por ser ... bem, difícil.

Primeiro, o crescimento do spam levou até mesmo os hackers que sabiam como configurar seu próprio cliente de correio a abrigarem-se sob a proteção coletiva de provedores de email como o Google e o Yahoo. Em seguida, a necessidade de pessoas como eu, que precisava evitar a ira dos estudiosos companheiros de casa, fez a maioria migrar seus serviços para provedores comerciais como forma de manter separadas as conexões que serviam para o uso doméstico das conexões para os servidores que mantinham sítios web. O golpe derradeiro, porém, foi quando a mensagem uniu-se ao meio - e isso aconteceu quando a rede mundial de computadores tornou-se Web 2.0.

A Web 2.0, assim como fez a “terceira via” de ambiciosos líderes políticos de centro-esquerda na década de 1990, traiu seus primeiros ideólogos puristas e passou a cortejar o mercado. Em vez de Indymedia, passou a oferecer mídias sociais. Em vez de possibilidades ilimitadas de comunicação, passou a oferecer *checkboxes* e limite de número de caracteres. Em vez de uma exposição total aos perigos e armadilhas da natureza humana, passou a oferecer uma série de jardins murados, cuidadosamente cultivados e livres de ervas daninhas e elementos desagradáveis.

As novas portas para estes jardins murados foram inscritas com os nomes de seus criadores: Twitter, Facebook, Bebo, MySpace e Quadrangular.

Eles tornaram-se insanamente populares, e em muitos casos tornaram podres de ricos os seus tranquilos proprietários, no Vale do Silício.

Antes de 11 de Dezembro de 2010, apenas uma semana antes de Mohamed Bouazizi atear fogo a si mesmo em Sidi Bouzid, o lamento hacker diante desta “re-intermediação” da rede, teria sido em grande parte um exercício teórico. Mas naquele dia, a Amazon respondeu a pressões políticas removendo o sítio do Wikileaks de seus servidores, apagando da internet de uma hora para outra este serviço de denúncias (ainda que temporariamente).

Isso parecia um caso claro de censura extrajudicial por parte dos Estados Unidos, o suposto defensor número um do direito à liberdade de expressão. O problema desta perspectiva é que a Amazon, uma empresa comercial, tem todo o direito de escolher o que transita sobre seus cabos - e sem nenhuma responsabilidade de manter a abertura, a inclusão, ou a saúde do discurso público.

:: O PONTO DE CONTROLE

O levante árabe, que foi despertado na mesma semana em que a Amazon usava suas próprias armas é, para alguns, a próxima grande concretização do ideal hacker-utópico. O fato de que os vigorosos movimentos de protesto no Norte de África, que escreveram a si mesmos na história de suas



sociedades são - em seu aspecto "ciber", pelo menos -, alimentados por três corporações dos EUA, pode importar menos para os participantes que enfrentam a estrutura autoritária de um outro tipo de poder. Todavia, conforme forem se desenvolvendo mais e mais, os limites desses "pseudo-espacos públicos" virtuais deverão se tornar mais aparentes.

Os "cidadãos do futuro" de John Perry Barlow esperavam que a internet fosse uma força contra o enfraquecimento do espaço público e sua transformação em espaço corporativo, detalhado por Naomi Klein em seu polêmico "No Logo". Em vez disso, a tecnologia que deu aos cidadãos a capacidade de resgatar das mãos do controle corporativo o espaço público e o discurso público, se transformou em algo que vai além dos piores pesadelos do movimento anti-globalização de Klein: um veículo de

hipergigantes corporativos dotado de uma eficiência incomparável para vender ao cidadão-consumidor sua própria autoexpressão e seus próprios desejos.

A tendência geral é que a "liberdade na internet", proclamada por todos – inclusive pela secretária de estado norte-americana Hillary Clinton, esteja se tornando um culto. A reação de muitos líderes não-ocidentais a esta realidade é buscar formas de resistir à tendência através da qual os intermediários norte-americanos presenteiam o governo dos EUA com um ponto central de controle – garantindo, em resposta, o ponto único de controle para si próprios. Como Evgeny Morozov observa, Mahmoud Ahmadinejad já usou o fato de que o departamento de Estado dos EUA se articulou com o Twitter durante a malsucedida "Revolução Twitter" de 2009 no Irã, para inflamar o afã revolucionário com sentimentos

anti-americanos. Depois disso, Vladimir Putin promulgou um decreto determinando que todos os softwares utilizados pelos organismos públicos na Rússia devem ser de código aberto, a fim de proteger os computadores do país contra *back doors* reais e imaginários embutidos na engenharia de produtos proprietários norte-americanos como o Microsoft Windows, sob as ordens do governo dos EUA. A “Rede nacional” da China é uma imagem do possível futuro da internet: um arquipélago de mundos mutuamente isolados.

:: O MOVIMENTO REVERSO

Poderia haver uma outra saída? Ao mesmo tempo em que Anouar Swed estava falando na rádio BBC, o acadêmico Eben Moglen apresentava ao capítulo novaiorquino do Internet Society uma inovação que ele chama de “*freedom box*”: um servidor de baixa potência que executa software livre e de código aberto que cada usuário de internet poderia instalar em casa. O diferencial da caixa é que ela está dentro das quatro paredes da(s) pessoa(s) cuja privacidade e autonomia ela afeta. O seu perfil de rede social pode ser servido a partir da caixa, e nela seus logs podem ser mantidos criptografados em segurança. Com efeito, a *freedom box* é equivalente ao servidor que funcionava no porão da minha casa no leste de Londres - uma volta aos dias em que a rede de comunicação de muitos para muitos era apenas isso. Para Moglen, a caixa de liberdade inverte a imagem “cliente-servidor” que tem levado a

computação em rede por um caminho equivocado, no qual ela vai ao encontro de uma política e de uma geopolítica que seguem na mesma direção. Para alguns, esta reversão parece um ambicioso sonho hacker-utópico quase impossível. Mas poderia sim funcionar, em particular da forma como Eben Moglen imaginou. Juntamente com Richard Stallman ele é um dos fundadores do movimento software livre e um dos guardiões de longo prazo do sucesso do software livre.

Isso importa, uma vez que mais servidores web hoje executam o sistema operacional livre Linux e o cliente/servidor livre Apache do que quaisquer outros produtos concorrentes (incluindo a Microsoft). O Apache atende a cerca de 60% dos sítios web mais movimentados do mundo. Sem o software livre, Google, Facebook e Twitter não existiriam. A Web não existiria sem o software livre. E na medida em que os movimentos sociais devem muito de seu crescimento ao software livre, o renascimento árabe - ou, pelo menos, o seu componente Web - poderia também não existir sem o software livre. Essa tendência histórica pode ser silenciosa, mas ocupa um lugar de honra na luta - em todos os lugares - para definir o que a liberdade no século 21 pode vir a ser.

- * Artigo publicado originalmente no openDemocracy: <http://www.opendemocracy.net/becky-hogge/freedom-cloud>.
Tradução de Graciela Selaimen. ●

> **Graciela Hopstein** pesquisadora associada do Instituto Nupef, autora do livro 'A Rebelião Argentina'.

Movimentos sociais latino-americanos: “territórios em resistência”

Este trabalho tem por objeto analisar as dinâmicas de luta e resistência dos movimentos sociais latino-americanos emergentes na região a partir da década de 90. A nossa proposta encaminha-se no sentido de refletir acerca das modalidades de luta, organização (social e produtiva) e de comunicação implementadas por estes coletivos que implicaram no surgimento de novas identidades, subjetividades e de uma nova cultura política, conceito que deve ser entendido como um conjunto de práticas que envolvem ao mesmo tempo dinâmicas de resistência e produção, que devem ser pensadas de forma indissociável.

Partimos da ideia que na atualidade o continente latino-americano conta com a presença destacada de movimentos que emergiram tanto no âmbito rural como nos espaços urbanos (principalmente), afirmados na base de uma sólida organização territorial. É importante observar que os mencionados coletivos surgem no contexto dos processos de desindustrialização e da crise da sociedade salarial que implicaram mudanças radicais nas paisagens urbanas latino-americanas, colocando as periferias e os subúrbios como um cenário político decisivo. Para Mike Davis, autor de *Planeta Favela* (2007), as denominadas



■ A comunicação –
através dos discursos,
dos comunicados,
dos proclamas ou
dos prolongados
silêncios - se instala
como a principal
ferramenta de luta

periferias urbanas apresentam uma mistura complexa de subúrbios pobres, deslocados dos centros das cidades e concentram setores que não estão vinculados à economia formal - e é lá onde confluem as fraturas mais importantes do capitalismo: a raça, a etnia o gênero, que, para o autor, "são os territórios do desapossamento quase absoluto e também de esperança".

Para Maria da Glória Gohn (1997)² as transformações verificadas no âmbito da vida

urbana implicaram a introdução de novas análises políticas vinculadas à dicotomia entre o público e o privado; à questão da cidadania; à exclusão social; à emergência de uma cultura política presente nos espaços associativos; à importância das experiências cotidianas; à relação entre democracia direta e representativa, e ao surgimento de novos atores sociais que começam a ganhar destaque e protagonismo: mulheres, jovens, negros/as, indígenas, os pobres e os excluídos (historicamente) dos direitos de cidadania.

A pergunta que surge a partir destas reflexões iniciais é: quem é esse novo sujeito político? Esse novo sujeito é social. São os movimentos sociais que consolidados a partir da construção de identidades políticas, étnicas e socioculturais específicas, e do compartilhamento de experiências coletivas comuns passam a se definir e a se reconhecer mutuamente, a decidir e agir em conjunto. Trata-se de um sujeito coletivo que não se apresenta como portador de uma universalidade definida a priori a partir de uma organização determinada que opere como centro. São movimentos de resistência que *põem em movimento não apenas uma parte da sociedade, mas uma sociedade diferente (...) um conjunto de relações sociais e de formas de trabalho não capitalistas e de modos de organização, significação, representação e autoridade política tradicionais, diferentes da sociedade dominante*³.

1. DAVIS, M. planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006 2. GOHN, Maria da Glória. Teorias explicativas dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997 3. ZIBECCHI, R. Territorios en resistencia. Buenos Aires: La vaca Editora, 2008.

O movimento zapatista que surge no México, no dia 1º de janeiro de 1994⁴, aparecia como o primeiro movimento social latino-americano que, após a queda do Muro de Berlim, não apenas interpelava a sociedade mexicana, mas também o conjunto dos *“oprimidos e excluídos do mundo”*. As demandas zapatistas por *“terra, trabalho, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, justiça e paz”* indicam claramente que as populações mexicanas, assim como muitas outras do capitalismo periférico, estão (e estiveram) longe de ter acesso a uma cidadania efetiva e hoje demandam e lutam para construir sociedades mais democráticas, livres, justas e dignas.

Certamente, o zapatismo implicou na emergência de um novo sujeito político e formas de entender e fazer política. A luta contra a dominação supõe para o EZLN⁵ a procura de novas (ou outras) relações de poder. A busca orienta-se no sentido de construir uma verdadeira sociedade comunitária através de autênticas práticas democráticas, sem hierarquias nem representações. O sujeito político emergente e as formas de entender e fazer política do zapatismo são radicalmente diferentes daquelas traçadas pela teoria política dominante⁶. Mas também o zapatismo levou ao reconhecimento

de identidades baseadas na ideia da diferença (vinculadas às questões de sexo, raça, etnia etc.) e portanto de uma “nova concepção” de cidadania e democracia, para além do Estado e do sistema político representativo (um cidadão, um voto).

No caso do zapatismo, podemos reconhecer que a situação histórica de opressão na qual vivem (e viveram) as populações indígenas mexicanas, e a instalação do NAFTA constituíram os fenômenos determinantes que deram origem à emergência do movimento. Também observamos que, embora o zapatismo originalmente tenha se constituído como um exército, as armas de guerra que utiliza são as palavras e o “silêncio”⁷. A comunicação – através dos discursos, dos comunicados, dos proclamas ou dos prolongados silêncios – se instala como a principal ferramenta de luta⁸ já que trata-se de um movimento que adquiriu visibilidade política (inclusive em escala planetária) através de estratégias de comunicação e conexão com outros movimentos regionais e globais.

Também as denominadas guerras dos recursos naturais desencadeadas na Bolívia entre os anos 2000 e 2005 constituem um exemplo interessante para a nossa análise, não apenas porque tratam-se de lutas travadas frente a uma política que

4. Data que inaugurava a instalação definitiva do Tratado do Livre Comércio da América do Norte. (NAFTA) 5. Ejército Zapatista de Liberación Nacional 6. Nas palavras de Marcos (1996): *“Nosotros apostamos a una premisa fundamental: no a la toma de poder, no a los cargos gubernamentales, no a los puestos de elección popular y vamos a ver qué tipo de políticos produce una organización de esa naturaleza”*. 7. Walter Kohan (Revista Lugar Comum n.18; 2003) diz a esse respeito: “O silêncio não significa omissão, complacência ou legitimação. Ele é uma das formas privilegiadas de expressão de muitos povos indígenas em América Latina. É também uma forma de lutar e propagar uma maneira diferenciada de entender o discurso, a fala, a palavra. Os zapatistas o dizem explicitamente: o silêncio é algo que deve ser cuidado e preservado... É uma forma de resistência. É também sinal de uma outra forma de entender e praticar a política. Afinal, é uma outra forma de vida”. 8. Embora o zapatismo venha atravessando sucessivos processos de transformação no que diz respeito a sua organização e estratégias de luta, nesta análise nos parece importante salientar as características gerais do movimento, e principalmente as dinâmicas que deram origem a sua constituição.

historicamente privou às populações indígenas (que constituem a maioria da população) o acesso a recursos como a água e o gás, mas porque ao mesmo tempo conseguiu consolidar espaços autônomos de auto-organização e, inclusive, alternativas à ordem estatal. Da mesma forma que no painel argentino⁹, os protestos em 2003 na Bolívia se revelaram através de ações coletivas beligerantes, de bloqueios de ruas e em manifestações multitudinárias. Emergiram também novas formas de organização territorial espalhadas pelo tecido urbano: as *juntas vecinales* ou *asambleas barriales* que estabeleceram estruturas de autogoverno, isto é, núcleos de organização e coordenação de ações. Mais do que uma revolta popular, observamos a emergência de um movimento autogestionário complexo, articulado em redes, conformado por jovens, trabalhadores, mulheres, indígenas, professores, aposentados – que lutam pela recuperação e distribuição de recursos naturais, que resistem às políticas neoliberais do Estado, que questionam o monopólio da representação política e que reivindicam o reconhecimento da etnia indígena, isto é, de sua cultura e de seus direitos. Nas palavras de Prada Alcoreza (2004), “*Vai emergir de forma organizada um movimento social que começa a elaborar a sua nova criatura, o desenvolvimento da intelectualidade geral autônoma*”¹⁰.

O surgimento e a consolidação dos movimentos indígenas na cena político-social (experiências de Chiapas e Bolívia) vieram acompanhados pela emergência de mobilizações camponesas que alcançaram uma presença significativa na região. Certamente o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil constitui um caso emblemático, porque além de ser um movimento de grande alcance e visibilidade, as ocupações de propriedades rurais em busca de uma reforma agrária integral, as ações conduzidas contra o modelo do agronegócio e contra os chamados assentamentos, fizeram deste movimento uma organização de grande relevância política. A multiplicidade de dimensões em que atua o MST é significativa para a nossa análise já que o trabalho do movimento envolve a luta (e a resistência) “bem como o trabalho cotidiano que envolvem questões ligadas à produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos...”¹¹

A partir destas ideias iniciais, é possível afirmar que a partir da década de 90, as lutas travadas por estes atores tiveram em seu cerne tanto a crítica aos programas neoliberais, ao sistema de governança global, como ao sistema político moderno baseado na centralidade do Estado (e nos pactos corporativos atrelados a esta dinâmica) e na lógica de representação.

9. Relativo aos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001 e seus desdobramentos. Para um aprofundamento sobre esta temática ver: HOPSTEIN, G (op. cit), 2007
10. PRADA ALCOREZA, R. Perfiles del movimiento social contemporáneo. El Conflicto Social y político en Bolivia. Las Jornadas de septiembre-octubre de 2003. IN: Revista OSAL N° 12. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 39. 11. CALDART, R. O MST e a formação dos Sem - Terra: o movimento social como princípio educativo. IN GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (orgs) A cidadania negada. São Paulo: Cortez, 2001, p. 127

No caso da Argentina, por exemplo, o terrível fracasso do projeto neoliberal, a profunda crise econômica e política caracterizada pelo esgotamento do modelo instalado desde o segundo pós-guerra¹², e da democracia representativa, fornecem os elementos que permitem explicar os acontecimentos de revolta de 19 e 20 de dezembro de 2001 – também conhecidos como *panelaço* – e a emergência de novos movimentos sociais¹³. Embora trate-se de um país que conheceu níveis de desenvolvimento e inclusão mais elevados em comparação com os demais países da região, a partir da década de 90, e com a crise desencadeada em 2001, ficou claramente demonstrado que a sociedade argentina não conseguiu articular um projeto efetivamente democrático para além do Estado e das fronteiras do sistema representativo (que, aliás nesse caso, operou de forma bastante limitada a partir de esquemas clientelistas e com altos índices de corrupção). Nesse sentido, o grito “*que se vayan todos, que no quede ni uno sólo*” presente ao longo das sucessivas manifestações ocorridas durante e após o *panelaço*, resulta particularmente emblemático.

Produto das manifestações de dezembro, as assembleias de bairro, formadas de maneira espontânea por vizinhos, constituíram um fenômeno destacado de atividade e ação militante. Embora este movimento não esteja presente hoje na

cena política, ele conseguiu criar efetivamente um âmbito de afirmação e de resistência construindo, ao mesmo tempo, modalidades contestatórias de poder e de organização e administração local alternativas, baseadas na ação coletiva e na recuperação do espaço público.

Ao mesmo tempo, observamos que embora as lutas conduzidas por estes coletivos estejam fortemente atreladas a conflitos e demandas específicas, vinculadas aos contextos nacionais nos quais estão inseridos, elas têm a capacidade de levantar problemas de relevância supranacional. De fato, muitos dos protestos conduzidos por esses movimentos tiveram como foco o reclamo frente às pressões exercidas pelos organismos internacionais (FMI, OMC etc.), e se posicionaram contra o pagamento da dívida externa, ou o enfrentamento a conflitos ambientais pontuais ligados diretamente às atividades predatórias exercidas por empresas multinacionais na região.

Devemos mencionar aqui o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (FSM/POA, celebrado consecutivamente entre os anos 2001 e 2003 no mês de janeiro) que instalou-se como um espaço institucional de encontro e debate, em contraponto à reunião dos magnatas de Davos, com a clara intenção de denunciar o caráter antidemocrático e excludente da globalização.

12. O modelo político ao qual estamos fazendo referência esteve baseado no denominado pacto populista, isto é na relação capital, trabalho e Estado. 13. Fazemos aqui uma referência direta aos movimentos das assembleias de bairro, organizações *piqueteras* e fábricas e empresas recuperadas. Para um aprofundamento sobre esta temática ver: HOPSTEIN, G. A rebelião argentina: assembleias de bairro, *piqueteros* e empresas recuperadas. Rio de Janeiro, E-papers: 2007.

■ As lutas travadas pelos novos movimentos sociais latino-americanos estão claramente ancoradas na figura do trabalho vivo, especificamente na sua dimensão comunicativa, cooperativa e pública

Desta forma, a cidade de Porto Alegre representou um espaço social alternativo – por estar localizada em um país latino-americano e por ter uma trajetória política de um governo de esquerda – e aberto à livre circulação de pessoas e de grupos e organizações sociais e políticas de diversas origens.

Certamente, os movimentos latino-americanos aos quais estamos fazendo referência nesta análise implicaram na criação de formas inovadoras de condução da resistência e da produção. As ações conduzidas por esses coletivos constituem experiências ilustrativas da instalação de uma dinâmica social inovadora na qual o trabalho e a política tendem a coincidir, formando parte de um processo que envolve ao mesmo tempo a

organização da luta e da produção, isto é, resistir e produzir¹⁴. Para alguns autores, trata-se então de uma dinâmica marcada pelo duplo movimento de negação-rejeição ou de afirmação-proposta¹⁵.

Observamos ainda que os referidos movimentos começam a expressar, a partir de práticas de desobediência e resistência civil, não apenas a sua vontade de ter autonomia frente ao Estado e a necessidade de desenvolvimento de dinâmicas democráticas inovadoras, mas, principalmente, a necessidade de criar propostas alternativas de organização política e produtiva.

O movimento *piquetero* na Argentina é, na nossa perspectiva, um caso emblemático que se inscreve nesta dinâmica levando-se em conta

14. Para um aprofundamento desta temática ver: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 15. KOROL, C. La formación política de los movimientos populares latinoamericanos em OSAL (Buenos Aires: Clacso) Año VIII, N 22, septiembre de 2007.

que a sua atividade não se restringe exclusivamente às ações de protesto – realização de *piquetes*, isto é interdição de vias de circulação como estradas, ruas e pontes. A instalação de diversas modalidades de organização e de produção de caráter autogestivo e cooperativo – em creches, hortas, restaurantes e padarias comunitárias – constitui um elemento inovador por ter conseguido por em prática formas de trabalho vivo (produtivo) para além da relação salarial (formal ou informal).

Desta forma, os *piqueteros* conseguiram estabelecer uma importante linha de resistência e uma capacidade de mobilização massiva da qual poucos movimentos dispõem. Os *piquetes* não apenas geraram uma forte identidade comum aglutinada na polêmica figura do desocupado – conformada por aqueles expulsos dos centros fabris e por jovens que nunca estiveram incluídos na relação salarial – mas também contribuíram para a criação de novas redes de solidariedade e de produção. Embora trate-se de um movimento que reúne diversas facções e orientações políticas (muitas delas, inclusive, articuladas ao movimento sindical), os *piqueteros* alcançaram um grau de visibilidade nacional (e internacional) quando conseguiram ocupar o espaço da cidade tornando-se um “movimento de desocupados”.

Também o movimento de fábricas e empresas recuperadas na Argentina constitui um caso significativo. No contexto da crise político-econômica desencadeada no final da década de 90,

e face à decisão de fechamento e/ou abandono por parte dos proprietários, ditos empreendimentos começaram a ser autogeridos pelos operários que decidiram dar continuidade às atividades produtivas. O movimento de recuperação produtiva tem um alcance muito importante no país já que, segundo estimativas oficiais, este fenômeno envolve aproximadamente 200 unidades produtivas que, na sua maioria, funcionam como cooperativas de trabalhadores dedicadas aos mais diversos ramos de atividade.

Certamente, este fenômeno gerou diversas dinâmicas sociais, políticas, jurídicas e econômicas, abrindo espaço para o surgimento de modalidades produtivas, organizativas e políticas de caráter inovador, já que o movimento não representa apenas uma solução econômica, mas principalmente instala-se como alternativa política.

A partir desta análise podemos afirmar que, contrariamente às teses que anunciam o fim do trabalho, o trabalho produtivo, longe de desaparecer, ampliou-se, criando novas linguagens e formas de cooperação. Desta forma, as lutas travadas pelos novos movimentos sociais latino-americanos estão claramente ancoradas na figura do trabalho vivo, especificamente na sua dimensão comunicativa, cooperativa e pública, e assim concebido, coloca-se como a principal força produtiva. As ações de desobediência civil travadas pelos movimentos não apenas têm a capacidade de questionar e romper os laços com o Estado, mas

também de construir, de modo afirmativo, formas alternativas de trabalho e de produção.

É importante salientar que embora possamos reconhecer elementos comuns nas dinâmicas instaladas pelos movimentos sociais latino-americanos, cada uma delas apresenta estratégias de lutas, formas de organização e de comunicação singulares, próprias de cada contexto e situação específica. Porém, podemos afirmar que a comunicação é um instrumento central porque representa uma estratégia de divulgação do trabalho dos movimentos em nível local e global. A comunicação constitui um veículo privilegiado para a construção de redes cooperativas com outros grupos e coletivos existentes no continente e em escala planetária. Páginas da internet, boletins, jornais, rádios comunitárias etc. são meios que facilitam a difusão, a conexão e a sustentação dos movimentos.

Inserido nesta dinâmica, o que conveníamos em chamar de movimento cultural brasileiro ocupa um papel protagonista. Integrado por um conjunto diverso e múltiplo de grupos e coletivos, eles buscam alternativas de integração para uma dinâmica marcada por um alto grau de segmentação, estratificação e exclusão, isto é, por desigualdades sociais (velhas e novas) no que diz respeito à organização produtiva e do trabalho e às modalidades de circulação e mobilidade no território da cidade. Assim, o esforço destes grupos

orienta-se na procura de novos signos, linguagens e formas de organização econômica e política. Nos ambientes de produção cultural, localizados tanto no centro como nas periferias dos grandes centros urbanos (principalmente), são construídos laços capazes de transformar sujeitos a partir do fortalecimento de relações de solidariedade, de redes produtivas, de identidades coletivas, e do resgate da dimensão pública.

Também, os movimentos de luta pela moradia denominados “movimento dos sem teto” – como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, Movimento de Moradia no Centro (MMC) de São Paulo – ocupam um destaque importante. A sua principal estratégia de luta é a ocupação de prédios velhos e vazios, localizados nos centros urbanos. Além de adquirir uma importante visibilidade pública, estes movimentos conseguiram unificar as suas atividades com outros movimentos urbanos – como os moradores de rua e o movimento de catadores de lixo, organizados em forma de cooperativas ou associações de bairro.

Raul Zibechi, no seu trabalho “Territorios en resistencia” (2008), parte da ideia de que os movimentos sociais latino-americanos são movimentos territorializados. A noção de território envolve todo o sistema de relações sociais (fluxos e circulações). Neste sentido, a luta pelo território não se restringe apenas à distribuição de terras ou espaços urbanos, mas é a luta por todas as

dimensões: tecnologia, mercado, educação, saúde e principalmente contra o capital que procura controlar os territórios. Portanto, trata-se de uma luta multidimensional e complexa. O autor analisa que a dinâmica de apropriação territorial como prática coletiva é uma resposta estratégica dos “pobres” à crise da fábrica e à desterritorialização produtiva impulsionada contra as reformas neoliberais e ao processo de privatização do público na esfera política. *“Essa tendência à reapropriação comunitária do espaço da vida onde se assentam esses movimentos, refere-se tanto a experiências de auto-gestão produtiva, de resolução coletiva de necessidades sociais como às formas autônomas de gestão dos assuntos públicos. Neste contexto podem ser abarcados os acampamentos do MST, as comunidades indígenas do Equador e Bolívia, os zapatistas, as fábricas recuperadas da Argentina etc.”*, afirma o autor¹⁶.

Também é importante mencionar aqui a presença e o caráter protagonista que os jovens desempregados (aqueles que nunca tiveram acesso ao trabalho assalariado formal) e as mulheres ocupam nos movimentos sociais na atualidade. As mulheres destacam-se tanto na conformação de movimentos territoriais como também na revitalização e reformulação das correntes feministas de décadas passadas que se cristalizaram em diversas mobilizações, conferências em defesa dos seus direitos e especialmente contra a violência

e a pobreza (Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, Conferência de Belém em 1994).

As lutas afirmativas pela conquista de direitos específicos – como a liberalização de uso de drogas e do aborto, a política de cotas raciais nas universidades e em diversos âmbitos institucionais públicos e privados – e contra as discriminações dos negros, das mulheres, dos homossexuais geraram a emergência de uma nova cultura política baseada no reconhecimento de identidades e de minorias historicamente excluídas.

Certamente a relação dos movimentos com o poder estatal apresenta dinâmicas complexas e controvertidas. Tradicionalmente, a resposta do poder frente à resistência se manifesta através da sua criminalização, isto é de diversas estratégias que abrangem desde ações repressivas (forças policiais) até a construção de acirradas campanhas de desprestígio e deslegitimação dos movimentos na mídia e/ou opinião pública. De todas as formas, e embora possamos reconhecer que os movimentos latino-americanos continuam exercendo um claro papel de confrontação ao modelo e às antigas modalidades de dominação, em muitas ocasiões aparecem como mediadores entre a sociedade e o poder público e, inclusive, como parceiros na execução de programas e políticas públicas. Para alguns, a possibilidade aproximação entre os movimentos e o Estado implicaria

16. ZIBECHI, 2008. Op. cit, p 31.

na sua fragmentação ou dissolução – ou no desencadeamento de processos de cooptação e restauração do clientelismo político. Entretanto, há elementos para se pensar que a articulação entre o trabalho dos movimentos e o Estado pode ser a chave para a instalação de políticas públicas de caráter efetivamente universal e democrático. O fato é que este novo cenário deve ser compreendido como resultado de uma construção da qual participaram tanto os movimentos – através das suas resistências e mobilizações – como as forças políticas que atualmente integram os governos democráticos. Neste contexto, é fundamental repensar

alguns conceitos e dinâmicas para evitar cair em simplificações e rotulações que automaticamente tendem a interpretar a relação movimentos / Estado apenas como cooptação, traição e continuísmo.

:: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para uma reflexão final, encontramos nas dinâmicas dos movimentos latino-americanos elementos velhos e novos. Os elementos velhos estão vinculados às reivindicações e situações históricas de exclusão e marginalidade que certamente foram mudando a sua materialidade ao longo dos diversos períodos, levando-os a



adquirir novos significados, sentidos e dinâmicas, em função dos contextos políticos e sociais. Se analisarmos os movimentos étnicos na América Latina, por exemplo, saberemos que trata-se de grupos e coletivos que constituem minorias historicamente alijadas dos direitos de cidadania (excluídas, marginalizadas e exploradas). Entretanto, trata-se de um sujeito político que adquiriu visibilidade a partir da crise da matriz moderna e da relação salarial, contexto onde começaram a se reconhecer identidades baseadas na ideia da diferença, vinculadas às questões de sexo, raça e etnia.

Os novos movimentos sociais latino-americanos não esperam pelas respostas do Estado, mas sim lutam por corrigir as diferenças instituídas e por criar “soluções próprias” para os problemas de exclusão através de formas alternativas de organização produtiva. Neste contexto, a cidadania tutelada pelo Estado começa a ser substituída por outra – já que são os movimentos os atores fundamentais para o reconhecimento e acesso aos direitos universais, instalando uma nova “institucionalidade”.

Fazendo um rápido balanço da atual conjuntura política latino-americana, podemos reconhecer que “o movimento” – no sentido amplo do termo – vem atravessando permanentes processos de transformação, crises e rupturas. Para alguns autores, trata-se de uma derrota, de uma experiência fracassada, de uma força completamente

dizimada e fagocitada pela lógica corporativa, especialmente pelo poder do Estado, de partidos políticos e sindicatos. Para outros, os coletivos e movimentos emergentes no cenário latino-americano deram origem a uma outra densidade social. Porém, neste contexto, nos parece importante entender que os movimentos conseguiram instalar novas dinâmicas políticas e modos de exercer a democracia. Concebidas como um autêntico movimento de movimentos, as experiências analisadas não podem ser agregadas num modelo único. Trata-se de sujeitos políticos que, longe de serem unitários (e de procurarem a unidade política), fazem da luta contra a atomização e a segmentação instrumentos para o reconhecimento de uma identidade diferenciada, múltipla e plural.

Eles são, de fato, os novos bárbaros que, havendo emergido no coração do *Império*, têm a capacidade de destruir com violência afirmativa, traçando novas trilhas de vida através da sua própria existência material. “*Os bárbaros não vêm de terras remotas ou periféricas, mas do próprio centro. Endurecidos pelas injustiças e ordens impostas de cima para baixo, mutilados pelas máquinas de poder, os novos bárbaros têm a capacidade de construir territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos, ou dos territórios de miséria a que foram relegados, ou da incandescência explosiva em que são capazes de transformar seus fiapos de vida em momentos de desespero coletivo*”¹⁷. ●

17. PÁL PELBART, P. Poder sobre a Vida, Potência da Vida. Revista *Lugar Comum*, n. 17. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002, p. 37.



“Walled gardens” vs.
“Creative commons”

artistas “nacionais” em meio a contradições “estrangeiras”

> **Marcos Dantas** professor do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, autor do livro 'A lógica do capital-informação'.

A acalorada discussão a respeito dos direitos autorais e do *Creative Commons* que, em boa hora, mesmo sem querer, algumas decisões da ministra da Cultura, Ana de Holanda, suscitaram, pode servir para iluminar problemas emergentes ainda pouco compreendidos, que estão na base desse debate. Por uns, a polêmica é descrita como se um grupo de pessoas cujos interesses não estariam muito claros mas, dizem, ligar-se-iam a organizações ou ONGs "estrangeiras", estivesse motivado a destruir a música, quando não a própria cultura "nacional". Por outros, a polêmica nos é apresentada como consequência natural das possibilidades "interativas" e "colaborativas" proporcionadas pelas "novas tecnologias", erodindo o poder de outras tantas organizações não menos "estrangeiras", tais como a Microsoft, a Disney ou a indústria fonográfica, em geral. No meio, com justas desconfiças, os artistas, sobretudo os músicos, perguntam-se: e como fica a remuneração pelo nosso trabalho, ou seja a nossa própria sobrevivência? Os termos jurídicos e, daí, políticos em que o debate

é colocado, podem estar favorecendo o temor dos artistas. E corre-se o risco, a permanecermos na discussão fenomênica, de pouco avançarmos na compreensão do real objeto em discussão, logo das contradições sociais aí envolvidas. Este objeto chama-se *informação*.

Num texto já antigo, de 1962, o economista liberal Kenneth Arrow observou que as manifestações sociais baseadas na organização e comunicação de informação dificilmente poderiam ser tratadas como mercadoria: não são divisíveis em unidades idênticas; não estão submetidas à lei dos rendimentos decrescentes, logo, ao princípio da escassez; e o custo marginal de qualquer reprodução de uma unidade original tende a zero, logo, a preço nulo. O interessante desse texto, além da sua originalidade teórica, é ter sido escrito quando nem de longe se podia imaginar o que, um dia, viriam a ser a internet e toda essa pletora atual de tecnologias digitais. Em outras palavras, os problemas ora em debate não decorrem, em si, das "novas tecnologias",

embora estas possam ter muito contribuído para tal, mas da própria evolução do capitalismo para um tipo de economia que pretende tratar a informação como mercadoria, algo que, à sua época, Arrow ainda sugeria como uma possibilidade de muito difícil realização futura. Foi claro: nos termos neoclássicos do “ótimo de Pareto”, a informação deveria ser tratada como “recurso público”, sob pena de alocação ineficiente dos investimentos¹.

De lá para cá, a realidade parece estar confirmando o vaticínio de Arrow. A extraordinária expansão econômica e social, em todo o mundo, da chamada “pirataria” (não apenas de música, mas de tênis, camisas, bolsas, tudo o que tenha *marca* ou *grife*, isto é, valor de uso estético ou simbólico), bem como as práticas sociais do “dom-contra-dom” na internet², crescem na razão direta em que se expandem as práticas capitalistas de mercantilização e apropriação da informação (e, menos devido às “tecnologias”). Por isto, este já se tornou não o mais importante, mas pelo menos um dos mais importantes problemas com que se defronta o capital em sua atual fase, a ponto de os principais países e corporações multinacionais estarem negociando um acordo internacional conhecido pela sigla ACTA (*Anti Counterfeiting Trading Agreement*), que pretende reforçar os poderes policiais dos Estados nacionais

no combate ao que for definido, nos termos desse Acordo, como “pirataria”³.

De fato, esta é uma questão que, tudo indica, a seguir assim, só pode ser tratada como caso de polícia...

:: O PÃO E O LIVRO.

Imagine o seguinte. Você compra pães na padaria. O cesto do padeiro fica vazio de uns tantos pães e o seu bolso, de umas tantas moedas. O *valor de troca* dos pães é função do tempo de *trabalho social médio* dos trabalhadores da padaria, sendo o dinheiro pago ao padeiro, uma fração do seu salário, logo do dinheiro pago a você, pelo seu próprio patrão, pelo *valor de troca* do seu trabalho. Trocaram-se aí valores equivalentes. Já o *valor de uso* dos pães é a energia contida no seu material a ser transferida ao seu corpo, uma vez ingerido. O padeiro lhe alienou esse valor de uso. Você fará dele o que bem entender, poderá comer o pão, poderá dá-lo a um mendigo. No valor de uso não há troca de equivalentes, o padeiro entregou, você levou. Por isto, o estudo do valor de uso não seria objeto da Economia Política, como já advertira Marx, logo nos primeiros parágrafos d’*O Capital*. Você vai comer os pães e, algum tempo depois, aquele punhado de matéria terá sido completamente digerido e destruído para atender às suas necessidades alimentares. O que sobrar, a ser

1. O texto “The economic welfare and the allocation of the resources for invention” pode ser acessado em <http://www.nber.org/chapters/c2144.pdf> 2. Nos termos do Manifesto Cibercomunista do sociólogo britânico Richard Barbrooke, de 1999, disponível em português, em <http://globalization.sites.uol.com.br/cibercomunista.htm> 3. Ver, na Wikipédia, http://en.wikipedia.org/wiki/Anti-Counterfeiting_Trade_Agreement, ou no YouTube, o vídeo “No ACTA”, disponível em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=xEUmeLPjAQ

devidamente evacuado pelo seu corpo mais tarde, talvez ainda sirva a vermes e micróbios, mas não mais ao seu organismo. Energia não cresce, nem decresce, se transforma... Qualquer pessoa conhece esta lei da termodinâmica, origem do princípio econômico da escassez. Conseqüência: no dia seguinte, você precisará voltar à padaria e comprar novos pães.

Bem alimentado, você compra um livro na livraria. A estante da livraria fica esvaziada desse exemplar e sua conta bancária perde saldo. No entanto, ao contrário dos pães, somente em parte você pagou, pelo livro, o que seria o *valor de troca* do trabalho diretamente envolvido na sua fabricação: o trabalho de desenhistas, diagramadores, gráficos etc.

De fato, você não comprou esse livro em função desse trabalho. O *valor de uso* do livro é o seu conteúdo semântico, sígnico, simbólico, estético, é aquilo que você apreende do livro a partir da sua *interação* com suas letras, figuras, desenhos, números etc.

Para usufruir do livro, você *não pode* destruí-lo, como o faz com os pães. Você também poderá lê-lo sozinho, ou junto com seu filho ou filha (se for conteúdo adequado), ou juntinho com sua mulher, marido, namorada, namorado, numa gostosa tarde chuvosa de sábado... Você pode *compartilhar* o valor de uso do livro. Já o pão, ou bem você comprou dois ou mais pães para comê-los em boa companhia ou você vai dividir o seu pão ao meio. É que, ao contrário do valor do pão, o do livro é de *rendimento crescente*. O *real* valor do livro não foi produzido pelo

empresário e seus trabalhadores gráficos, mas pelo escritor ou escritora. O mesmo vale para o(s) músico(s), cineastas, artistas em geral, inclusive, hoje em dia, para os figurinistas e estilistas de bolsas, roupas, outros objetos de *grife*. E o trabalho que gerou esse valor de uso não é trabalho "igual", não é trabalho "simples", não é trabalho *abstrato*, aqui adotando as conhecidas categorias marxianas. Esse tempo de trabalho não é definível a priori, nem é cambiável. Os donos da gráfica ou da prensa de discos podem saber exatamente quantos exemplares de livros ou discos produzirão por hora, com os seus empregados, máquinas e materiais. E, daí, calcular com exatidão os seus custos e lucros. Mas o autor ou autora não sabem com exatidão quantas semanas ou meses levarão escrevendo ou compondo. Podem até fazer uma certa ideia disso, podem definir e tentar cumprir metas. Seja como for, ao cabo, o autor ou autora terão produzido *um original*. E terão tido, durante todo esse tempo, as mesmas necessidades de comprar pães, além de pagar contas de luz, de aluguel, vestirem-se, moverem-se de ônibus ou carro, arcarem com os custos de educação dos filhos, etc., etc., igual a qualquer outro trabalhador. Estas e outras contas, pagam com o que recebem a título de *direitos autorais (copyright)*.

O direito autoral assegura um *monopólio*, reconhecido por lei, do autor ou autora sobre as suas ideias e a forma como a executaram, isto é, sobre os seus originais. Ele ou ela não recebem

salário, recebem *renda*. Antes que a arte chegasse à sua era de reprodutibilidade técnica, na famosa expressão de Walter Benjamin, a obra do autor quase que tinha de caminhar com ele, aonde ele a pudesse apresentar. O livro, é verdade, já podia ser reproduzido nas prensas de Gutenberg mas, não por acaso, a grande maioria dos escritores vivia (mal) de empregos em jornais, repartições públicas, escolas, outras fontes de renda. Músicos, autores teatrais, pintores ou escultores viviam diretamente de suas apresentações ao vivo, ou da venda de seus originais pintados ou esculpidos, quando não de polpudas ajudas de algum rico mecenas. Ao contrário do operário que recebia um salário pelo seu trabalho abstrato, o artista recebia algum rendimento pela originalidade, unicidade, exclusividade do seu trabalho *concreto*.

A industrialização capitalista da arte gerou um fenômeno que Arrow terá sido o primeiro a perceber através de categorias próprias da escola neoclássica. Para atingir o *grande público*, para chegar no *público de massa*, para ir a *longas distâncias*, o original artístico precisava ser tratado como um outro produto material qualquer. Talvez a pintura, a escultura, ou mesmo o teatro tenham ficado mais ou menos à margem desse processo. A literatura, a música e esta nova arte típica do século XX, denominada “cinema”, puderam ser totalmente incorporadas a processos industriais de *reprodução*, organizados conforme a lógica capitalista de acumulação. Para que isto seja

possível, o artista, para todos os efeitos práticos, aceita transferir o seu direito autoral para algum empresário. Este torna-se detentor do monopólio e das rendas daí derivadas, repassando a parte contratada para o autor ou autora. Sobre este princípio monopolista erigiram-se, com as devidas adaptações, as indústrias cinematográficas, fonográficas e editoriais modernas.

Dado o rendimento crescente do valor de uso artístico (ou qualquer outro, informacional), a remuneração do investimento será assegurada, basicamente, por dois fatores convergentes:

1. o próprio monopólio sobre o direito autoral;
2. as barreiras à entrada representadas pelos custos de investimento na indústria de reprodução e distribuição.

Na medida em que nem todo mundo pode reunir o capital inicial necessário para construir uma fábrica de gravação de discos ou uma boa gráfica de livros, bem como montar toda a estrutura necessária à distribuição, aqueles que o podem – numa palavra, os capitalistas – tirarão as vantagens daí derivadas. Assim nascerão e se consolidarão, ao longo do século XX e tendo, por trás, o capital financeiro, os grandes grupos cinematográficos, fonográficos, editoriais que, com o passar do tempo se consolidarão nos conglomerados mediáticos deste início de século XXI: Time-Warner, Disney, News Corp., Vivendi etc.

::“TIME IS MONEY”.

Desde os tempos da telegrafia e da ferrovia, no século XIX, o capitalismo industrial investe em meios para anular tempos de produção e distribuição, tanto de mercadorias, quanto de obtenção, organização, comunicação de informação pois, como sabemos, “tempo é dinheiro”. Daí, o desenvolvimento permanente e evolução constante das tecnologias de informação e comunicação (TICs), passando pela telefonia e radiodifusão até chegar na informática e internet. A cada revolução tecnológica (provocada pelas contradições do capital, não o contrário) ocorrem, já o disse Schumpeter, grandes reestruturações produtivas, destroem-se indústrias e criam-se indústrias novas, remodelam-se os próprios modos cotidianos de existência material e cultural da sociedade. Nas últimas décadas, através das novas TICs, foi dado, sem dúvida, um duro golpe na forma como se organizara a indústria cultural ao longo do século XX: a barreira à entrada representada pela dimensão de capital fixo necessária à reprodução e distribuição de produtos artísticos veio abaixo, como o muro de Berlim, depois do aparecimento da internet. O tempo de produção e de distribuição, em muitos casos, foi literalmente reduzido ao limite de zero. Isto permite ao artista colocar-se *imediatamente* em contato com o seu público; entregar a ele, diretamente, o valor de uso do seu produto e negociar com ele, sem intermediários, a remuneração pelo seu trabalho. Muitos músicos

já estão fazendo exatamente isso, como, num exemplo muito citado, os grupos tecnobregas do Pará. Entenderam que podem viver muito bem de seus espetáculos ao vivo, ou seja do *trabalho concreto vivo*, reduzindo a comercialização do *trabalho morto*, isto é dos CDs ou DVDs, a fonte de renda secundária ou desnecessária. No entanto, esta nem sempre será uma solução possível para todos. O escritor, por exemplo, terá, talvez, mais dificuldade de viver recitando suas obras... A produção cinematográfica, ou a audiovisual, em geral, pela sua própria natureza de nascença, não podem prescindir dos processos de reprodução e distribuição (salas de cinema, redes de TV etc.), além de serem intrinsecamente coletivas, reunindo, cada vez mais, diferentes perfis de trabalho concreto (diretores, artistas, roteiristas, fotógrafos, projetistas de efeitos etc.).

A indústria está se reconfigurando. Se a produção industrial de réplicas encontra-se em franco declínio, surgem novos modelos de negócios já denominados, na literatura empresarial, “jardins murados” (*walled gardens*). Exemplo típico é o sistema iPod/iTunes da Apple: você não compra mais o CD, mas você ainda compra um suporte material (iPod) que lhe dá acesso a uma rede codificada e conectada a uma base de dados (iTunes), de onde você poderá baixar, após devido pagamento, músicas e vídeos da sua preferência.

Grandes corporações mediáticas como a Apple, a Nokia (e seus smartphones), a Sony (e seu blu-ray),



■ A indústria está se reconfigurando. Se a produção industrial de réplicas encontra-se em franco declínio, surgem novos modelos de negócios já denominados, na literatura empresarial, “jardins murados”

as redes de TV por assinatura a cabo ou satélite, as salas digitais de cinema estão substituindo o acesso ao valor de uso via compra de uma cópia unitária material, pelo acesso via *terminal*. Desaparece a indústria baseada na reprodução do suporte unitário, cresce a indústria baseada no suporte em rede. Os tempos de reprodução e distribuição são reduzidos ao limite de zero. Mas permanece, renovando-se, o poder econômico e cultural adquirido pelo açambarcamento do direito autoral do artista por parte de conglomerados mediáticos mundializados, direito esse que nem todo artista pode deixar de alienar se quiser atingir, num mesmo instante, um grande público em um grande espaço.

:: A CONTRADIÇÃO DA INTERNET.

A internet surgiu, nos anos 1970-1980, em ambiente científico acostumado ao compartilhamento e à não remuneração direta pelo trabalho realizado (ninguém ganha nada diretamente por cada paper publicado). Essa cultura fez nascer, por um lado, a crença numa rede em que todos e todas poderiam compartilhar livremente suas ideias, conhecimentos, arte, produtos. Na medida, porém, em que a internet, ao se massificar, ia perdendo a sua elitista homogeneidade social e intelectual original e, ao mesmo tempo, ia sendo colonizada pelo capital, ela incorporou, e não podia deixar de incorporar, os conflitos próprios dos interesses contraditórios reais que movem a sociedade concreta em que vivemos.

Diante do avanço da lógica capitalista, surge, um tanto quanto espontaneamente, a partir dos herdeiros e defensores daquele ideário inicial, a proposta, entre outras, do *Creative Commons* (CC). Este não propõe que qualquer artista seja obrigado a abrir mãos dos seus direitos. O CC não revoga qualquer legislação de qualquer país, até porque somente algum Parlamento ou outro poder legislativo similar podem fazer isto, nos Estados Unidos, no Brasil, na China, seja onde for. O CC apresenta-se como uma proposta ética e política, pela qual o artista, se quer e pode, declara abrir mão dos direitos que a lei lhe confere, em troca de certos comportamentos por parte dos usuários de sua obra: estes podem usá-la "de graça" mas não podem comercializá-la, ou podem modificá-la sem esquecer o crédito ao autor original etc. O autor ou autora determinam como a obra poderá ser usada. E esperam que a sociedade respeite seus desejos. Se estes desejos não forem respeitados... bem, a lei continua aí mesmo para o autor fazê-los valer. E estes duram até que a obra caia em domínio público.

Os defensores e ativistas do CC sugerem que, para a sociedade, melhor seria construir um novo pacto de uso livre e compartilhamento geral das obras artísticas, a aceitar que algum adolescente ou alguma dona de casa possam ter seus lares invadidos pela polícia e sejam levados às barras de um tribunal por estarem baixando música na internet, como cansa de acontecer nos Estados Unidos ou Europa. Sustentam que qualquer obra,

uma vez publicada, é... *pública*. A tecnologia dá suporte prático a essa lógica mas, de fato, todo e qualquer conhecimento, seja científico, seja artístico, resultará do trabalho de algum indivíduo ou coletivo de indivíduos sobre uma ampla base social de conhecimento. Por isto, independentemente da tecnologia, se o trabalho precisa ser valorizado e assim remunerado, o seu resultado, inseparável da sua base *social*, deveria ser *socializado*.

Não é uma proposta que agrade às grandes corporações midiáticas, nem mesmo a um número significativo de grandes artistas, como está claro nos debates atualmente em curso no Brasil. O ponto da discórdia é a remuneração do trabalho, uma vez revogado o princípio da equivalência contido no valor de troca. É possível que, para muitos, o CC se assemelhe a uma reencarnação pós-industrial de Charles Fourier e outros utópicos, buscando edificar, na sociedade, um acordo em que todos e todas aceitariam viver frugalmente do produto de seu trabalho e, de modo espontâneo, se remunerariam mutuamente num grande falanstério reticular cultural global. Os seus críticos, ao contrário, estariam apostando nos “jardins murados” como um modelo no qual teriam melhores meios de barganhar as rendas que se consideram merecedores.

A boa notícia (ou má notícia, dependendo do observador) é que, voltando a Kenneth Arrow, a informação – logo, o conhecimento, a ciência, a arte – continua refratária à apropriação e

mercantilização. A massificação da internet, levando à definitiva substituição dos antigos suportes unitários materiais por suportes em rede, poderá seguir permitindo a evolução, paralela à dos “jardins murados”, de sistemas P2P e outros mecanismos de *socialização do conhecimento*. É o que dá força política, no presente estágio, ao CC. Se a sociedade, a começar pelos próprios artistas, entender o que está política e ideologicamente em jogo, poder-se-á avançar na direção da construção de um pacto (com seus mecanismos) que reconheça o direito do *trabalho artístico* a ser (bem) remunerado e o da sociedade, ao livre acesso à arte e ao conhecimento. Sem necessidade de intermediários...

Mas será a sociedade politicamente consciente, não a tecnologia em si, que decidirá essa evolução. Se não, considerando a vigorosa ofensiva publicitário-ideológica, ao lado da policial, contra a assim dita “pirataria”, bem como o acrítico êxito mercadológico crescente dos tablets e pay-per-views, podemos esperar que, num futuro não muito distante, a internet acabará tendo um destino similar ao da radiodifusão, nos anos 20 do século passado: de meio livre e interativo de uso público, conforme sonhado por Bertold Brecht, acabou *actada* (perdão pelo trocadilho...) aos interesses dos governos e grandes corporações. Aliás, como se sabe, nos Estados Unidos, na Comunidade Européia, também no Brasil, avança o debate sobre leis que buscam, justamente, acabar com a festa... ●

> **Richard Stallman M** fundador do Projeto GNU e da Free Software Foundation, é desenvolvedor de softwares e defensor do software livre.



Para que esse servidor serve realmente?

A tecnologia digital pode lhe trazer liberdade; mas também pode tirar sua liberdade.

A primeira ameaça para o nosso controle sobre o uso do computador veio do *software proprietário*: o software que os usuários não podem controlar, porque o proprietário (uma empresa como a Apple ou Microsoft) o controla. Os proprietários do software geralmente aproveitam-se desse poder

injusto, inserindo atributos maliciosos como *spywares*, *back doors*, e Gerenciamento de Restrições Digitais¹ (DRM²) (chamados de "Gerenciamento de Direitos Digitais" em sua propaganda).

Nossa solução para este problema é desenvolver *software livre* e rejeitar software proprietário. O software livre significa que você, como usuário, tem quatro liberdades essenciais³:

1. Ver <http://defectivebydesign.org/> 2. N.T. Sigla de Digital Restriction Management. O autor aqui faz um jogo com as palavras em inglês, uma vez que DRM também é sigla de Digital Rights Management. 3. Ver <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>



- o. para executar o programa como você quiser,
- 1. para estudar e alterar o código fonte para que o programa faça o que você quiser,
- 2. para redistribuir cópias exatamente iguais ao original e;
- 3. para redistribuir cópias de suas versões modificadas.

Com o software livre, nós, usuários, retomamos o controle sobre o nosso uso do computador. O software proprietário ainda existe, mas podemos excluí-lo de nossas vidas, e muitos de nós já o fizeram. Entretanto, agora, enfrentamos uma nova ameaça ao nosso controle sobre nossos computadores: o *Software como Serviço*. Pelo bem de nossa liberdade, temos de rejeitar isso também.

:::COMO O SOFTWARE COMO SERVIÇO TIRA A SUA LIBERDADE

Software como Serviço (SaaS⁴) significa que alguém cria um servidor de rede que faz certas tarefas de computação, como execução planilhas, processamento de textos, tradução texto em outro idioma etc, e em seguida, convida os usuários a fazer uso destes serviços naquele servidor. Os usuários devem enviar seus dados para o servidor, que retorna os resultados.

Esses servidores tomam o controle das mãos dos usuários de forma ainda mais inexorável do que o software proprietário. Com o software proprietário, os usuários normalmente obtêm um arquivo executável, mas não o código fonte. Isso torna difícil para os programadores estudarem o código que estão executando, por isso é difícil determinar o que programa realmente faz, e é difícil mudá-lo.

Com o SaaS, os usuários não têm sequer o arquivo executável: o arquivo está no servidor, onde os usuários não podem vê-lo ou tocá-lo. Assim, é impossível para eles saber o que o programa realmente faz, e é impossível mudar qualquer coisa.

Além disso, o SaaS automaticamente traz consequências danosas equivalentes aos recursos maliciosos de certos softwares proprietários. Por exemplo, alguns programas proprietários são “*spyware*”: o programa envia dados sobre as atividades dos usuários em seus computadores para o proprietário do software. O Windows, da Microsoft, envia informações sobre as atividades dos usuários para a Microsoft. O Windows Media Player e o RealPlayer reportam o que os usuários veem e escutam.

O SaaS apresenta os mesmos resultados como *spyware* porque requer que os usuários enviem seus dados para o servidor que está na Web.

4. N.T. Sigla de Software as a Service.

O operador do servidor recebe todos os dados sem fazer nenhum esforço especial, pela própria natureza do SaaS.

Alguns programas proprietários podem prejudicar os usuários, sob comando remoto. Por exemplo, o Windows tem uma *back door* através da qual a Microsoft pode forçar uma mudança em qualquer software na máquina. O Amazon Kindle, leitor de e-livros (cujo nome sugere que ele se destina a queimar os livros das pessoas⁵) tem uma “porta dos fundos” (*back door*) orwelliana que a Amazon usou em 2009 para apagar remotamente⁶ muitas cópias Kindle dos livros 1984 e *Animal Farm*, de Orwell, que as pessoas tinham comprado na Amazon.

O SaaS inerentemente dá ao operador do servidor o poder de mudar o software em uso, ou dados que estão sendo operados pelo usuário. Mais uma vez, nenhum código especial é necessário para isso.

Assim, o SaaS é equivalente ao *spyware* total e a uma ampla *back door* aberta, e dá ao operador do servidor um poder desmedido sobre o usuário. Não podemos aceitar isso.

::SEPARANDO A QUESTÃO DO SaaS DA QUESTÃO DO SOFTWARE PROPRIETÁRIO

O SaaS e o software proprietário podem levar a resultados prejudiciais bastante semelhantes, mas os mecanismos que os causam são diferentes. Com software proprietário, a causa é que você tem

e usa uma cópia do programa cuja mudança é difícil ou ilegal. Com o SaaS, a causa é que você usa uma cópia que você não tem.

Estas duas questões são muitas vezes confundidas, e não apenas por acidente. Os desenvolvedores da Web usam o termo vago “aplicativo da Web” para integrar o software que está no servidor na Web aos programas executados em sua máquina e em seu navegador. Algumas páginas da Web instalam programas nada triviais ou até mesmo grandes programas JavaScript temporariamente no seu navegador, sem informá-lo. Quando esses programas JavaScript não são livres, eles são tão maus como qualquer outro software não-livre. Aqui, no entanto, estamos preocupados com o problema do software de servidor.

Muitos partidários do software livre assumem que o problema do SaaS será resolvido através do desenvolvimento de software livre para servidores. Para o benefício do operador do servidor, seria muito melhor se os programas no servidor fossem livres - se eles são proprietários, seus proprietários têm poder sobre o servidor. Isso é injusto para o operador, e não ajuda você em nada. Mas se os programas no servidor forem livres, eles ainda assim não vão protegê-lo — *a você, usuário do servidor* - dos efeitos do SaaS. Eles dão liberdade para o operador, mas não para você.

5. Em inglês, “to kindle” significa literalmente atear fogo. 6. Para entender o caso, ver <http://www.nytimes.com/2009/07/18/technology/companies/18amazon.html>

Liberar o código fonte do software de servidor de fato beneficia a comunidade: usuários devidamente qualificados podem configurar servidores semelhantes, talvez mudando o software. Mas nenhum desses servidores daria a você o controle sobre as operações que você faz nele, a menos que seja *seu* servidor. Todo o resto seria SaaS. O SaaS sempre sujeita você ao poder do operador do servidor, e a única solução para isso é: não use SaaS! Não use o servidor de outro para fazer a sua própria computação, com seus dados pessoais.

:: DISTINGUINDO SAAS DE OUTROS SERVIÇOS DE REDE

Condenar o SaaS significa rejeitar todos os servidores na rede? Nem de longe. A maioria dos servidores não gera o mesmo tipo de questão que o SaaS, porque o que você faz neles não é computação pessoal, a não ser em um sentido genérico.

O propósito original dos servidores na Web não era operar os programas que estariam em seu computador pessoal para você, mas sim publicar informações para você acessar. Ainda hoje é isso que a maioria dos sites fazem, e eles não nos apresentam o problema do SaaS, porque acessar a informação que alguém publicou não é o mesmo que operar os programas de seu computador. O mesmo se aplica à publicação de seus conteúdos através de um blog ou de um serviço de microblogging como o Twitter. Isso também vale para a comunicação que não pretende ser privada, tais como grupos de chat.

As redes sociais podem se estender em direção ao SaaS, porém, na raiz de seu funcionamento elas são apenas um método de comunicação e publicação, não SaaS. Se você usar este tipo serviço para fazer pequenas edições no conteúdo que vai publicar, isso não é um problema significativo.

O Software como um Serviço sempre submete você ao poder do operador do servidor, e o único remédio para isso é evitá-lo.

Serviços como os motores de busca coletam dados e permitem que você examine-os. Fazer buscas nestes conjuntos de dados não é o mesmo operar a sua própria computação, no sentido que costumamos dar ao termo - de forma que estes serviços não são SaaS.

E-commerce não é SaaS, porque a operação que se realiza não é exclusivamente sua, e sim, é feita em conjunto entre você e uma outra parte. Portanto, não há razão específica para você esperar ter controle exclusivo sobre toda a operação.

A questão real no caso do e-commerce é se você confia na outra parte a ponto de envolver seu dinheiro e sua informação pessoal.

Utilizar servidores compartilhados em um projeto comum não é SaaS porque a computação que você faz dessa forma não é sua, pessoal. Por exemplo, se você editar páginas da Wikipedia, você não está operando a sua própria computação, você está, sim, colaborando na computação da Wikipedia.

■ O verdadeiro significado de “computação em nuvem” é sugerir uma abordagem inconsequente para a sua computação. Ela diz: “Não faça perguntas, basta confiar em cada negócio sem hesitação.

A Wikipedia controla seus próprios servidores, mas os coletivos de pessoas envolvidas no projeto podem enfrentar o problema de SaaS se realizarem as suas atividades de grupo no servidor de alguém de fora. Felizmente os sites de hospedagem de desenvolvimento como o Savannah e o Sourceforge não apresentam o problema do SaaS, porque o que acontece ali é principalmente publicação e comunicação pública, ao invés de computação privada.

Os jogos *multiplayer* são uma atividade em grupo realizada no servidor de alguém, o que os torna SaaS. Mas como os dados compartilhados neste caso são relativos apenas ao estado do jogo e à pontuação, o pior risco é que o operador do servidor aja com favoritismo. Você poderia muito bem ignorar esse risco, já que parece improvável e muito pouco está em questão. Por outro lado,

quando o jogo se torna mais do que apenas um jogo, a situação muda.

Quais serviços online são SaaS? O Google Docs é um exemplo claro. Sua atividade básica é a edição, e o Google incentiva as pessoas a usá-lo para editar seus próprios documentos, o que é uma oferta de SaaS. Ele oferece a funcionalidade adicional de edição colaborativa, mas a adição de participantes não altera o fato de que a edição no servidor é SaaS. (Além disso, o Google Docs é inaceitável, porque ele instala um grande programa proprietário em JavaScript no navegador do usuário.) Se você estiver usando um serviço de comunicação ou de colaboração que exige que você efetue partes substanciais de sua própria computação nos servidores dele, esta computação é SaaS, mesmo que a comunicação não seja. Alguns sites oferecem múltiplos serviços, e se um

deles não for SaaS, outro pode ser. Por exemplo, o serviço principal do Facebook é a rede social, e isso não é SaaS; porém, ele suporta aplicativos de terceiros, alguns dos quais podem ser SaaS.

O principal serviço do Flickr é distribuir fotos, o que não é SaaS; mas ele também tem recursos para edição de fotos, que é SaaS.

Alguns sites, cujo principal serviço é a publicação e comunicação estendem seus serviços oferecendo a “gestão de contatos”: fazendo o acompanhamento das pessoas com as quais você tem relações. Enviar e-mails às pessoas em seu nome não é SaaS, mas manter um controle substancial de suas relações com seus contatos é SaaS.

Se um serviço não é SaaS, não significa que ele está ok. Há outras coisas perniciosas que um serviço pode fazer. Por exemplo, o Facebook distribui vídeo em Flash, o que pressiona os usuários a rodar software proprietário e oferece a eles uma falsa impressão de privacidade. Essas são questões importantes também, mas a preocupação deste artigo é o SaaS.

A indústria de tecnologia da informação desencoraja os usuários a considerar essas distinções. É para isso que o chavão “computação em nuvem” serve. Este termo é tão nebuloso que pode referir-se a quase qualquer uso da internet. Inclui SaaS, e inclui quase todo o resto. O termo só se presta a inúteis declarações genéricas.

O verdadeiro significado de “computação em nuvem” é sugerir uma abordagem inconsequente

para a sua computação. Ela diz: “Não faça perguntas, basta confiar em cada negócio sem hesitação.

Não se preocupe sobre quem controla a sua computação ou quem detém os seus dados.

Não busque por um anzol escondido dentro de nosso serviço antes de engoli-lo.” Em outras palavras, “Pense como um otário.” Prefiro evitar o termo.

:: LIDANDO COM O PROBLEMA DO SAAS

Apenas uma pequena fração de todos os sites utilizam o SaaS, a maioria não levanta esta questão. Mas o que devemos fazer com os outros?

Para os casos triviais, em que você está fazendo sua própria computação com seus próprios dados, a solução é simples: use a sua própria cópia de um aplicativo de software livre. Faça sua edição de texto com a sua cópia de um editor de texto livre como o GNU Emacs ou um outro processador de texto livre. Faça sua edição de fotos com a sua cópia de um software livre como o GIMP.

Mas o que fazer sobre a colaboração com outros indivíduos? Pode ser difícil fazer isso hoje em dia sem usar um servidor. Se você usar um, não confie em um servidor gerido por uma empresa. Um simples contrato, sendo você um cliente, não é proteção, a menos que você conseguisse detectar uma violação e realmente processar a empresa - e a empresa provavelmente escreve seus contratos para permitir uma ampla gama de abusos. A polícia pode intimar a empresa a divulgar seus dados com bases muito

menos relevantes do que as que seriam necessárias para intimar você, supondo que a empresa não faça isso voluntariamente como fazem as empresas de telefonia dos EUA, que grampearam ilegalmente os seus clientes para satisfazer o presidente Bush. Se você precisa usar um servidor, use um servidor cujos operadores possam dar-lhe uma base de confiança para além de uma mera relação comercial.

No entanto, em uma escala de tempo maior, podemos criar alternativas para o uso de servidores. Por exemplo, podemos criar um programa distribuído através do qual os colaboradores possam compartilhar dados criptografados. A comunidade de software livre deveria desenvolver alternativas distribuídas de peer-to-peer para substituir importantes “aplicações web.”⁷ O projeto GNU está à procura de voluntários para trabalhar em tais substituições. Convidamos

também a outros projetos de software livre a considerar esta questão em seus desenvolvimentos.

Entretanto, se uma empresa convida você a usar o servidor dela para você executar suas tarefas computacionais pessoais, não se renda, não use SaaS. Não compre ou instale “thin clients”, computadores que são simplesmente tão fracos que obrigam você a fazer o trabalho real no servidor de alguém. Use um computador de verdade e mantenha os seus dados nele. Faça seu trabalho com sua própria cópia de um programa livre, em nome de sua liberdade.

* Copyright 2010 Richard M. Stallman. Você pode copiar e redistribuir o presente artigo sob a licença Creative Commons Attribution NoDerivs Licença 3.0. Uma versão em espanhol deste artigo está disponível no site do GNU - <http://gnu.org/>. ●

7. Seria uma saída inteligente distribuí-los sob a licença GNU Affero GPL [<http://www.gnu.org/licenses/why-affero-gpl.html>], uma vez que eles seriam candidatos prováveis a serem convertidos por alguém em programas baseados em servidor.



Onde você hospeda seus dados e serviços Internet?
Preste atenção nesta escolha.

Serviços Internet e garantia de direitos.

www.tiwa.org.br